



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

BRUNA BARBOSA DE LUCENA

**A REGIONALIZAÇÃO NA ELABORAÇÃO DE ESTRATÉGIAS DE
DESENVOLVIMENTO DA MICRORREGIÃO VÃO DO PARANÃ –
GO**

BRASÍLIA
2012

BRUNA BARBOSA DE LUCENA

**A REGIONALIZAÇÃO NA ELABORAÇÃO DE ESTRATÉGIAS DE
DESENVOLVIMENTO DA MICRORREGIÃO VÃO DO PARANÃ –
GO**

Monografia de Graduação apresentada ao Departamento de
Geografia da Universidade de Brasília,
como parte dos requisitos para obtenção
do grau de Bacharel em Geografia.

Orientador: Prof.º Dr. Fernando Luiz Araújo Sobrinho

BRASÍLIA
2012

FICHA CATALOGRÁFICA

LUCENA, Bruna Barbosa de.

A REGIONALIZAÇÃO NA ELABORAÇÃO DE ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO DA MICRORREGIÃO VÃO DO PARANÃ – GO

Monografia de graduação - Universidade de Brasília. Instituto de Ciências Humanas. Departamento de Geografia. 2012.

1. Regionalização
2. Desenvolvimento
3. Vão do Paranã

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

LUCENA, B. B. **A Regionalização na Elaboração de Estratégias de Desenvolvimento da Microrregião Vão do Paranã – GO**. Monografia (Graduação), Departamento de Geografia, Universidade de Brasília, Brasília, DF. 57 p.

CESSÃO DE DIREITOS

NOME DA AUTORA: Bruna Barbosa de Lucena

TÍTULO DA MONOGRAFIA: **A Regionalização na Elaboração de Estratégias de Desenvolvimento da Microrregião Vão do Paranã – GO**

GRAU/ANO: Bacharel/2012

É concedida à Universidade de Brasília permissão para produzir cópias desta monografia e para emprestar ou vender tais cópias somente para propósitos ou fins acadêmicos e científicos. A autora reserva outros direitos de publicação e nenhuma parte desta monografia de graduação pode ser reproduzida sem autorização por escrito da autora.

BRUNA BARBOSA DE LUCENA

**A REGIONALIZAÇÃO NA ELABORAÇÃO DE ESTRATÉGIAS DE
DESENVOLVIMENTO DA MICRORREGIÃO VÃO DO PARANÃ –
GO**

A monografia “A Regionalização na Elaboração de Estratégias de Desenvolvimento da Microrregião Vão do Paranã – GO”, apresentada por Bruna Barbosa de Lucena, foi aprovada e aceita como requisito parcial para a obtenção do título de bacharel em Geografia, no Departamento de Geografia da Universidade de Brasília – UnB.

Orientador: Prof.º Dr. Fernando Luiz Araújo Sobrinho

Banca Examinadora

Prof.º Dr. Fernando Luiz Araújo Sobrinho – Orientador
Universidade de Brasília - UnB

Prof.º Dr. Dante Flávio da Costa Reis Júnior
Universidade de Brasília - UnB

Prof.º Dr. Everaldo Batista da Costa
Universidade de Brasília - UnB

Brasília, 08 de outubro de 2012.

Aos meus filhos (um biológico e o outro não), Laura e Bruno.

Que vocês sonhem como eu sonhei quando criança e que vocês tenham a persistência que muitas vezes eu não tive para alcançar esses sonhos.

A minha mãe, que sempre acreditou em mim e respeitou as minhas decisões.

A vocês dedico esse trabalho.

AGRADECIMENTOS

Foram muitas pessoas que contribuíram para que eu alcançasse os meus objetivos nesses meus 25 anos de vida. Para que eu conseguisse me tornar geógrafa não foi diferente. Em primeiro lugar agradeço a Deus por ter me dado forças para perseverar mesmo nos momentos em que eu achei que não conseguiria e por ter me carregado nos braços nos momentos mais difíceis.

Em meio a esses momentos difíceis, e também em momentos felizes, sempre pude contar com a presença, compreensão, carinho, broncas e amor da minha mãezinha. Sem ela nada, absolutamente nada, teria sido possível. Você, dona Arlete Aparecida Barbosa Lucena, é a minha fortaleza e o meu porto seguro, é a minha Pãe (Pai e Mãe) que segurou a onda e me fez seguir em frente. Obrigada por acreditar em mim e apostar todas as suas fichas, mesmo quando você não as tinha.

Aos meus familiares, em especial a minha irmã (Lunna), a minha vizinha (Irany) e ao meu sobrinho (Bruno), devo toda a compreensão, paciência, força e sorrisos (especialmente os do Bruno) sem as quais eu não teria chegado até aqui. Todos eles puderam compartilhar comigo alguns momentos de lamúrias e desespero enquanto produzi esse trabalho. Obrigada por me manterem em pé.

Agradeço também aos meus professores, meus mestres, que desde a infância foram os responsáveis por me dar àquilo que vou carregar comigo pra sempre e que ser humano nenhum poderá tirar: o conhecimento. Em cada momento da minha vida existiu pelo menos um a me inspirar. Obrigada tia Ângela, da EC 403 Norte, professor Fábio, do GAN, professor André, do CEAN, e aos meus estimados professores da GEA – UnB: Marília Peluso, Gilberto Oliveira e Fernando Sobrinho – orientador que deveria ser promovido ao cargo de pai por sempre me dar apoio seja pessoal ou acadêmico e por ter possibilitado de todas as formas que esse trabalho fosse concluído (se não fosse você talvez eu tivesse adiado a minha graduação em mais um semestre)

Todo esse percurso talvez não tivesse sido tão agradável não fosse a linda presença dos meus amigos. Sejam eles da geografia ou não todos vocês foram indispensáveis para a formação do ser humano e da geógrafa que eu sou. São vocês: Ana Maria Freitas, Aninha Corrêa, Francisco Bruno – Xicó, Hiury Milhomen, Ana Júlia Tomasini, Bruna

Lourenço, Marília Serena, Paula Corrêa, Ana Paula Carneiro, Ana Clara Dourado, José Feliciano, Pedro Coutinho, Vitor Paiva e Matheus Castellani. Nem sempre estamos juntos fisicamente, mas o coração sempre está nos unindo. A todos que conheci dentro do curso, em especial o “povo” do meu semestre. Mesmo em meio a brigas e separações, todos vocês foram muito especiais de alguma forma.

Finalmente agradeço a vida por ter me dado uma razão e um sentido pra vivê-la: a razão, Wesley Torres, e o sentido, Laura (minha filhotinha). Vocês são os grandes amores da minha vida e eu agradeço a vida por tê-los colocado no meu caminho e a vocês por permanecerem nele. Obrigada especial pra você meu amor, por ser meu maior amigo, inspiração, companheiro e confidente. Sua presença cotidiana, e também a da nossa menina, fazem tudo ter um colorido especial.

Enfim, meu muito obrigada a todos que fizeram de mim a pessoa, e geógrafa, que sou hoje.

*“Dream on, dream on, dream on
Dream until your dream comes true”
(Steven Tyler, Dream on)*

RESUMO

A regionalização é uma forma de diferenciar a superfície terrestre em regiões para uma determinada finalidade através da junção de características próprias que a tornam singulares dentro de um todo global. Sendo assim, o Estado de Goiás foi regionalizado em cinco mesorregiões pelo IBGE, e dentro dessas em dezoito microrregiões. Dentre elas encontra-se a microrregião do Vão do Paranã. Esta apresenta os menores indicadores de todo o Estado de Goiás e mesmo diante desse fato e das tentativas do próprio Governo do Estado de desenvolvê-la até o dado momento não se obteve sucesso para que o almejado desenvolvimento fosse alcançado. Desenvolvimento esse que não se refere apenas ao crescimento econômico, já que a microrregião desenvolve atividades ligadas à pecuária que prosperam, e sim que englobe o desenvolvimento humano e que possibilite que esta possa se auto gerir sem necessitar da subordinação característica de regiões consideradas subdesenvolvidas para com regiões desenvolvidas. Isso se dá devido às generalizações dos planejamentos regionais que homogeneízam as regiões dentro do Estado tomando-as como similares, ou até mesmo iguais, e se voltando apenas para o lado do desenvolvimento do agronegócio, muito característico e marcante dentro do mesmo. Dessa forma, faz-se necessária a elaboração de estratégias próprias que aproveitem as principais atividades e potencialidades do Vão do Paranã para que o desenvolvimento desejado seja obtido em um curto espaço de tempo e com pouco investimento financeiro e técnico. Analisar os dados da microrregião, as principais atividades e potencialidades e montar estratégias que possibilitem o desenvolvimento é o que o presente trabalho se propõe a fazer.

Palavras-chave: Região, regionalização, desenvolvimento e Vão do Paranã (GO)

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – População Goiás – IBGE 2010	29
Figura 2 – Goiás – Microrregiões.....	33
Figura 3 – Goiás – Mesorregiões.	37
Figura 4 – Localização do Estado de Goiás no Brasil	40
Figura 5 – Vão do Paranã – Municípios.....	41

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Municípios com os maiores PIBs do Estado de Goiás.....	31
Tabela 2 – Os cinco maiores e menores PIBs <i>per capita</i> do Estado de Goiás.....	36
Tabela 3 – Indicadores Socioeconômicos dos municípios do Vão do Paranã – Goiás.....	44

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APLs – Arranjos Produtivos Locais

DGD – Desenvolvimento Geográfico Desigual

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IFG – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – Goiás

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

PIB – Produto Interno Bruto

PNB – Produto Nacional Bruto

PNUD -

SEPIN – Superintendência de Estatísticas, Pesquisa e Informações Sócioeconômicas de Goiás

SEPLAN - Secretária do Planejamento e Desenvolvimento do Estado de Goiás

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
Justificativa.....	15
Objetivos	16
Objetivo Geral	16
Objetivos Específicos	16
Procedimentos Metodológicos.....	16
CAPÍTULO 1 – O DESENVOLVIMENTO GEOGRÁFICO DESIGUAL NO PROCESSO DE REGIONALIZAÇÃO E AS SUAS IMPLICAÇÕES NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DAS REGIÕES.....	18
1.1 – Processo de regionalização e o conceito de região	19
1.2 – Desenvolvimento desigual e combinado e desenvolvimento geográfico desigual ...	21
1.2.1 – A lei do desenvolvimento desigual e combinado.....	21
1.2.2 – Desenvolvimento geográfico desigual – DGD	22
1.3 – Desenvolvimento e Desigualdades sócio-espaciais.....	23
1.4 – Possibilidades para busca do desenvolvimento em regiões pouco desenvolvidas... 25	
CAPÍTULO 2 - DINÂMICA URBANO-REGIONAL DO ESTADO DE GOIÁS	27
2.1 – Dinâmica Urbano Regional do Estado de Goiás ao Longo de Sua História	27
2.2 – Caracterização Das Mesorregiões De Goiás	36
2.2.1 – Norte Goiano.....	37
2.2.2 – Noroeste Goiano	38
2.2.3 – Centro Goiano	38
2.2.4 – Sul Goiano.....	38
2.2.5 – Leste Goiano	38
CAPÍTULO 3 – ESTRATÉGIAS PARA O DESENVOLVIMENTO DA MICRORREGIÃO DO VÃO DO PARANÃ - GOIÁS.....	40
3.1 – Conhecendo o Vão do Paranã	40
3.2 – Identificando principais atividades e potencialidades do Vão do Paranã.....	45
3.3 – Estratégias possíveis para o desenvolvimento do Vão do Paranã – GO.....	49
CONSIDERAÇÕES FINAIS	53
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	55

INTRODUÇÃO

O presente trabalho trata das desigualdades sócioespaciais presentes nas regiões e das suas implicações para o processo de desenvolvimento. A região é por si uma fração do território que resguarda em si as particularidades que lhe dão singularidade dentro de um contexto global. Essas particularidades incluem os processos que vieram a defini-la, os aspectos econômicos, históricos, ambientais, sociais e culturais, todos inseridos numa dinâmica que realiza diferentes momentos do processo produtivo do espaço ao mesmo tempo em área distintas.

Essa dinâmica regional se expressa através do desenvolvimento geográfico desigual, que singulariza ainda mais as regiões. Tal desigualdade expressa sobre o território nos leva a necessidade de fracionar uma área a fim de conhecê-la para posteriormente integrá-la numa realidade global da qual não está alheia, mas sim da qual faz parte como resultante dos processos globais – isso é a regionalização.

Essa regionalização nos permite identificar as desigualdades presentes em um dado território e dependendo da finalidade para a qual é utilizada, já que a regionalização guarda em si uma intencionalidade, pode acentuar ou minimizar os impactos da dinâmica desigual expressa sobre a fração do espaço aqui denominada de região.

Esse fenômeno acima descrito pôde através desse trabalho ser observado no Estado de Goiás e mais especificamente na microrregião aqui estudada: o Vão do Paranã. Microrregião localizada na mesorregião do Leste Goiano (classificação do IBGE) e que pertence à região de planejamento do Nordeste Goiano (classificação do Governo do Estado de Goiás).

Diante das diferenças observadas, especialmente no que tange os indicadores sociais e econômicos do Vão do Paranã a partir do contexto histórico, do estudo das dinâmicas urbano regionais do Estado de Goiás, das principais atividades desenvolvidas e das potencialidades locais fez-se necessária a elaboração de estratégias que pudesse minimizar tais diferenças. Dessa forma, busca-se aqui o desenvolvimento da região. Mas não o desenvolvimento que se confunde com crescimento econômico – embora este seja uma das bases para alcançá-lo –

mas sim o desenvolvimento sustentável sem, contudo, cair nas generalizações que o conceito de sustentável traz.

O que aqui é entendido como sustentável é a capacidade da região se desenvolver sem prejudicar a sua identidade, da qual a população local faz parte, e na capacidade de se auto gerir sem a necessidade de subordinação a regiões mais desenvolvidas, o que poderia torná-la através da exploração pura e simples ainda mais subdesenvolvida. Nesse quesito a integração da população se faz extremamente necessária, afinal essa é a base humana que possibilita que as ações expressas na região sejam bem aproveitadas ou não.

Para tal, a solidariedade intermunicipal se mostra necessária como ferramenta para o fortalecimento da região como um todo. Dessa forma evita-se que a competição entre municípios acirre a disparidade entre os mesmos, criando pólos desenvolvidos que não mudaria em nada a realidade da região. A região nesse caso é o ente capaz de se fortalecer e solidificar em busca do desenvolvimento mais igualitário.

No presente trabalho o processo para chegar as estratégias de desenvolvimento para a microrregião do Vão do Paranã passou pela argumentação teórica, identificação da dinâmica urbano regional do Estado de Goiás e finalmente na caracterização, identificação das atividades e potencialidades do Vão para elaboração de estratégias possíveis para o desenvolvimento intra-regional através da cooperação intra e intermunicipal solidificando as suas principais potencialidades, tais como a agricultura familiar, a formação de cooperativas para a produção agrícola, coleta de frutos do cerrado e beneficiamento de alguns gêneros produzidos, até a inserção da população local voltada para a atividade turística, fazendo uma valorização dessa.

O trabalho foi dividido em três capítulos, a saber:

Capítulo 1: O Desenvolvimento Geográfico Desigual no Processo de Regionalização e as Suas Implicações no Processo de Desenvolvimento das Regiões.

Esse capítulo faz uma revisão acerca dos conceitos pelo trabalho abordado – região, regionalização, desenvolvimento desigual, diferenças sócioespaciais e possibilidades para o desenvolvimento de regiões pouco desenvolvidas – integrando-os a fim de elencar todo um

processo que leva a desigualdade entre as regiões e como a regionalização pode ser uma ferramenta para buscar o desenvolvimento não observado em algumas regiões.

Capítulo 2: Dinâmica Urbano Regional do Estado de Goiás

O capítulo 2 faz uma revisão dos processos urbano regionais decorridos no Estado de Goiás especialmente ao longo do último século. Marcos nessa dinâmica como a criação de municípios para integrar a região do Estado de Goiás com o restante do país, o alto investimento na agropecuária, o ganho de vulto econômico do Sul e o atraso das regiões da porção Norte do Estado são aqui descritos e explicados. O capítulo mostra também a diferenciação das regiões de Goiás expressas através de indicadores e da diferenciação da dinâmica econômica pelo Estado. Foi feita também uma breve caracterização das mesorregiões do Estado com o intuito de demonstrar as diferenças entre estas.

Capítulo 3: Estratégias para o Desenvolvimento da Microrregião do Vão do Paranã – Goiás.

O terceiro capítulo é o que de fato faz um estudo da microrregião do Vão do Paranã. Nele é feita uma caracterização da região, seguida da identificação das principais atividades e potencialidades nos municípios e finalmente são elaboradas algumas possíveis estratégias para minimizar as diferenças do Vão do Paranã com as demais microrregiões e propiciar o desenvolvimento da localidade através dessas atividades e potencialidades ali presentes, sem a necessidade de uma grande inovação que demandaria investimento financeiro e muito tempo.

Justificativa

Ao se propor um estudo sobre a região do Vão do Paranã é preciso esclarecer a pouca disponibilidade de informações sobre o local que ultrapassem a simples constatação da pobreza ali existente. Trabalhos que atestam esta realidade são numerosos, especialmente os relatórios do próprio Governo do Estado que o identificam como o “corredor da miséria” de Goiás, transição de uma realidade próspera para a dureza da realidade nordestina. Sem a pretensão de mudar de uma vez por todas a realidade de pobreza do Vão do Paranã e trazer para ela a prosperidade por muitas regiões almejada, o presente trabalho constitui-se de uma caracterização da região que pode se constituir numa ferramenta para trabalhos posteriores voltados para uma melhora da qualidade de vida e dos indicadores da região, ultrapassando com o simples atestado de pobreza da região.

Para isso é preciso entender as peculiaridades dessa região em trabalhos como esse. Sendo que o Estado de Goiás é ambiente rico para essa finalidade no exercício da Geografia através do seu histórico que gerou e gera a desigualdade entre regiões dando a esses diferentes graus de desenvolvimento.

Compreender o particular, no sentido de que os espaços se organizam diferentemente, conforme acontecem combinações peculiares, é tarefa da geografia; traçar o esboço de uma reconstrução histórica é vital para entender geograficamente o espaço. É possível fazê-lo com uma leitura geográfica da história goiana. (BARREIRA, 2002, p 99)

O principal questionamento que se pode fazer diante dessa realidade é qual a contribuição que a Geografia e o conhecimento regional podem dar para que essa realidade atestada de desigualdade e pouco desenvolvimento possa ser modificada. Dessa forma o trabalho traz possibilidades através de um olhar geográfico para a mudança estrutural que pode se desdobrar em mudanças nos mais diversos sentidos para o alcance do desenvolvimento na microrregião do Vão do Paranã.

Objetivos

Objetivo Geral

Compreender como o processo de regionalização pode ser utilizado para o desenvolvimento de formas de minimizar os processos de desigualdade que se dão ao longo do tempo e em função dos fenômenos espaciais característicos da globalização e expressos na fração do espaço denominada região. Além disso, identificar atividades presentes numa dada região que possam ser os pontos fortes para o desenvolvimento dessa mesma.

Objetivos Específicos

- Analisar a dinâmica urbano regional que gerou desigualdades no Estado de Goiás.
- Caracterizar a microrregião do Vão do Paranã através do seu histórico e indicadores, principais atividades desenvolvidas e potencialidades ali presentes
- Montar um conjunto de estratégias visando o desenvolvimento que até então, exceto em um passado muito remoto, a região não observou.

Procedimentos Metodológicos

Com o intuito de compreender a dinâmica urbano regional do Estado de Goiás que gerou o desenvolvimento inter regional desigual, criando regiões relegadas a pobreza, como no caso

do Vão do Paranã, foi feito um estudo baseado em revisão bibliográfica acerca dos temas pertinentes, além de levantamento histórico da região e análise de dados.

A revisão bibliográfica se deu por meio da consulta de livros e artigos que tratavam do tema região, regionalização, desigualdades e desenvolvimento. O levantamento histórico da região fora feita baseado no livro “Vão do Paranã: A estruturação de uma região” da autora goiana Celene Cunha M. A. Barreira e da consulta do histórico de cada município através de sítios como IBGE Cidades (<http://www.ibge.gov.br/cidadesat>) e SEPLAN/GO (<http://www.seplan.go.gov.br/sepin>) . A base de dados foi obtida através do Censo 2010 do IBGE e da consulta de demais informações contidas nos sítios supramencionados. As ilustrações foram elaboradas com o uso do *software* Quantumgis 2012.

Em função da incapacidade de pesquisa empírica através da pesquisa de campo, informações importantes advindas da observação direta e de entrevistas com a população local não foram obtidas. Dessa forma também, o teste das estratégias propostas não pôde ser feito, ficando em abertos para o caso de uma pesquisa futura.

CAPÍTULO 1 – O DESENVOLVIMENTO GEOGRÁFICO DESIGUAL NO PROCESSO DE REGIONALIZAÇÃO E AS SUAS IMPLICAÇÕES NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DAS REGIÕES.

Um dos conceitos atualmente estudados na Ciência Geográfica, a região pode ser vista não como um conceito excludente, mas sim abrangente de uma diversidade de possibilidades para divisão e estudo da superfície terrestre.

Na Geografia Crítica essa divisão é feita e assimilada através de conexões entre classes sociais dentro do modo de produção capitalista – que acentua ainda mais as diferenças socioespaciais existentes dentro de um mesmo território nacional ou regional. Da mesma forma que acentua, essa regionalização pode ser vista também como resistência a homogeneização da sociedade e do espaço ao capital monopolístico, sendo que,

a identidade sócio espacial, o espaço do cotidiano, o espaço da participação, da mobilização e da decisão política, o espaço da administração pública e outros mais definem novas questões para a investigação e estabelecem o desafio metodológico da escala dos fenômenos que dão sentido ao território regional (CASTRO, 1997, p 61).

A diversidade inerente ao conceito de região nos leva a um fenômeno que está intrínseco ao processo de regionalização: a desigualdade. A desigualdade aqui estudada se refere ao processo de diferenciação de áreas que as tornam prósperas ou não, centrais ou periféricas, desenvolvidas ou subdesenvolvidas. Essa mesma, tanto pode ser fruto do processo de regionalização como também um fator, ou critério, decisivo para a realização desse processo.

Tais desigualdades nos levam também a questionar o conceito de desenvolvimento e a atestar que este se dá de forma desigual e combinada. Esse aspecto da realidade socioespacial demonstra que nesse processo de desenvolvimento existem outros dois processos antagônicos e ao mesmo tempo complementares: a desigualdade e a combinação. Essas diferenças são resultado de um processo histórico que privilegia ou não certas áreas e que se materializam no tempo e espaço presentes. Embora se expressem nesse tempo espaço presente o desenvolvimento desigual e combinado não é estático e se expressará enquanto forma e conteúdo espacial no futuro.

Cabe aos estudiosos do tema se utilizar do tempo passado e presente para que possam prever e colaborar para que o desenvolvimento das regiões se dê de forma não homogênea, mas sim

igualitária e próspera. Aí jaz um dos grandes trunfos da região: por não ser estática pode ser amanhã o que não conseguiu ser nos dias atuais e a possibilidade de desenvolvimento está latente em cada uma das áreas regionalizadas da Terra. O que nos resta é estudar o potencial de cada região a fim de que estas possam se desenvolver da melhor forma possível sem ficar uma em detrimento da outra.

Essa possibilidade não isola as regiões, e sim possibilita a integração destas sem que a dependência necessária à manutenção do modo de produção capitalista se perpetue. Rompendo assim com a antiga hierarquização das regiões.

1.1 – Processo de regionalização e o conceito de região

A idéia comumente aceita de que a superfície da Terra não é igual faz do conceito de região um conceito para muitos comum e internalizado. Contudo, essa internalização do conceito não significa que este seja um tema esgotado e que esteja para todos, especialmente para geógrafos, bem esclarecido. Portanto, existem muito mais divergências do que acordo acerca do conceito de região. Essas divergências trazem a tona um problema que podemos observar não somente acerca do conceito de região, mas em muitos conceitos dentro da geografia. É este, a desvalorização de conceitos anteriores e considerados ultrapassados.

No estudo da região podemos perceber esse problema muito característico da geografia contemporânea: o rompimento com determinadas concepções sem, contudo, fazer uma revisão desse conceito. Esse rompimento se faz de forma a desacreditar os estudos passados sobre determinadas concepções sem aproveitar o que se pode extrair de melhor em tal conceito ou concepção. Com a região não é diferente.

Abandonam-se, descartam-se, deixam-se de lado os conceitos sem uma revisão do que eles significam. Alguns rótulos parecem ser suficientes para se abandonar uma concepção – basta chamá-la de tradicional, determinista ou conservadora. (BARREIRA, 2002, p 84).

Na sua teorização sobre o tema, Barreira (2007) faz um apanhado sobre o conceito de região explicitando que este não é exclusivamente uma forma de articulação das relações de produção no espaço tempo (como para os autores que tratam da economia política), ou ainda um ponto específico de relações sócio culturais entre um dado grupo com um determinado lugar (para os seguidores da geografia cultural) e também a ideia de que a região é a expressão da articulação entre poder e dominação que diferencia determinadas áreas (como alegam os expoentes da geografia política). A região é tudo isso e um pouco mais. É um

conceito longe de estar esgotado em uma realidade global que é cada vez mais complexa, como afirma Castro:

Porém, a realidade é sempre mais complexa do que nossa capacidade de apreendê-la e tomar modelos conceituais como unívocos resulta sempre em empobrecimento disciplinar. Neste sentido, a região, definida pelas práticas sociais duráveis em um território, está longe de estar conceitualmente e empiricamente esgotada, mesmo se estas práticas são definidas por pertencimentos simbólico em múltiplas escalas. (CASTRO, 2012).¹

A região só não é uma condição homogeneizante e que tende a desaparecer como afirmam os seguidores da geografia teórica por desacreditarem que exista uma resistência capaz de se opor a homogeneização da sociedade e do espaço e que esta tende a desaparecer. (DUARTE *apud* CORRÊA, 2007, p 40).

Em função dessas acepções o conceito de região aqui utilizado se vale de diversas correntes do pensamento geográfico, se atendo especialmente ao fato de que este consiste numa forma de diferenciação de áreas que pode levar em consideração tanto fatores econômicos, culturais ou políticos e que tem como finalidade o estudo de uma fração do espaço com intuito de integrá-la numa dinâmica global cada vez mais heterogênea e não homogênea como se pretende alguns estudiosos. Sendo assim, consideraremos a região como uma entidade concreta, resultante de múltiplas determinações e que mesmo diante das tentativas capitalistas de homogeneização se mostra também como as particularidades que vão em contraposição a esse processo homogeneizador. Sendo assim a região

é a realização de um processo geral, universal, em um quadro territorial menor, onde se combinam o geral – o modo dominante de produção, o capitalismo, elemento uniformizador – e o particular – as determinações já efetivadas, elemento de diferenciação. (CORRÊA, 2007, p 46).

Se as regiões se homogeneizassem, como pretendem alguns, não haveria a imensa diversidade de tipos de regiões e critérios para a regionalização (no Brasil, por exemplo, estamos muito familiarizados com as cinco regiões do país e sabemos ainda que existem muitas outras formas de regionalizar). Esse processo de transformar uma fração do espaço em região é o que chamamos regionalização, que pode considerar vários critérios e ter vários objetivos.

¹ Iná Elias de Castro; **A Região Como Problema Para Milton Santos** in <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-124e.htm> acessado em 14/07/2012.

Ainda se houvesse a pretensa homogeneização do território não poderíamos observar um fato extremamente marcante nos dias atuais, como observa Corrêa: o fato de determinadas áreas serem mais ou menos desenvolvidas do que outras – *a lei do desenvolvimento desigual e combinado* e o próprio desenvolvimento geográfico desigual, elementos que são tanto condição como condicionantes do processo de regionalização.

1.2 – Desenvolvimento desigual e combinado e desenvolvimento geográfico desigual

1.2.1 – A lei do desenvolvimento desigual e combinado

A lei do desenvolvimento desigual e combinado é uma expressão proposta por Trotsky e que expressa à dialética dos processos da realidade que se encontram relacionados e interpenetrados mesmo embora sejam opostos e contrários. Contradição essa que dá movimento a essa realidade e que é o seu agente transformador. (CORRÊA, 2007)

É importante ressaltar que essa lei tem um caráter extremamente político ao abordar o tema do desenvolvimento. Isso, devido ao fato de ter sido formulada por Trotsky no contexto da Revolução russa de 1905. Ela trata especialmente das formações sociais atrasadas, cujas forças produtivas não estão desenvolvidas e que em função disso podem experimentar uma revolução política (THEIS, 2009). Essa lei mostra que a região pode ter um caráter político, especialmente no que tange a sua mudança em busca do desenvolvimento, através da intervenção política e que esse desenvolvimento é um processo histórico oriundo da combinação de fatores, especialmente evidenciado nos países, territórios e/ou regiões atrasadas:

O desenvolvimento de uma nação historicamente atrasada conduz, necessariamente, a uma combinação original das diversas fases do *processus* histórico. A órbita descrita toma, em seu conjunto, um caráter irregular, complexo, combinado [...] A desigualdade do ritmo, que é a lei mais geral do *processus* histórico, evidencia-se com maior vigor e complexidade nos destinos dos países atrasados. Sob o chicote das necessidades externas, a vida retardatária vê-se na contingência de avançar aos saltos. (TROTSKY apud THEIS, 2009, p 244).

O agente transformador em questão é o desenvolvimento, que tanto pode ser positivo ou negativo, dependendo do ponto de vista. Os dois processos em questão – desigualdade e combinação – são frutos de acontecimentos pretéritos e presentes e que coexistem num mesmo espaço-tempo dando o movimento característico ao desenvolvimento, diferenciando as diversas áreas.

Esse processo está intimamente relacionado ao processo de regionalização, pois desde que existiram os primeiros grupos humanos a evolução técnica, social e informacional se deu de forma distinta, fazendo com que as especificidades dos grupos fossem refletidas nas áreas onde esses estavam acentuando assim a diferenciação das áreas. Esse processo não é uniforme, e se dá em tempos distintos nas diversas regiões.

Isso não acontece de maneira uniforme, sendo assim uma característica da combinação de vários fatores vindos dos mais diversos momentos da história. O desenvolvimento materializa a dialética da desigualdade e combinação nas diferentes regiões, sendo que o que as distingue é o próprio grau de desenvolvimento, grau esse que divide e ao mesmo tempo integra áreas. Essa distinção se dá de forma concreta e que, segundo a lei do desenvolvimento desigual e combinado, pode ser rearranjada através da intervenção política.

1.2.2 – Desenvolvimento geográfico desigual – DGD

Outro conceito bastante difundido e que trata também das desigualdades no espaço é o *desenvolvimento geográfico desigual* (DGD). Esse conceito foi formulado posteriormente à lei do desenvolvimento desigual e combinado e têm um rebatimento geográfico mais marcante por tratar especificamente das diferenças sócio-espaciais presentes no espaço em função do modo de produção capitalista, resultante dos processos sociais cotidianos (THEIS, 2009).

O principal expoente desse processo é a divisão social e territorial do trabalho e os seus desdobramentos sobre o espaço. Essa divisão gera o desenvolvimento para alguns e o subdesenvolvimento para outros no momento em que se dá a acumulação do capital. O desenvolvimento resta para quem consegue acumular maior capital e o subdesenvolvimento resta para aqueles de quem o capital foi retirado ou desviado.

Esse desenvolvimento geográfico desigual propicia o surgimento de regiões bem sucedidas e regiões perdedoras definidas a seguir:

Regiões bem-sucedidas são espaços nos quais a economia tende a crescer e a sociedade a se tornar mais rica; *regiões perdedoras*, em contrapartida, constituem espaços nos quais o processo de acumulação parece estar travado e sua sociedade, em consequência, parece empobrecer além da pobreza herdada. De fato, regiões bem-sucedidas e regiões perdedoras conformam a paisagem do capitalismo mundializado, expressão concreta do *desenvolvimento geográfico desigual*. (THEIS, 2009, p 248).

Dessa forma, o desenvolvimento geográfico desigual tem a região como forma de materialização. E os estágios de desenvolvimento e subdesenvolvimento são marcas desse processo. Isso se verifica através do processo de diferenciação de áreas e dos planos regionais que visam o desenvolvimento, muitas vezes, confundido com crescimento² (CONCEIÇÃO & ROCHA, 2009). E o principal agente de diferenciação de áreas é a tecnologia, que reduz distâncias, transforma a paisagem, reestrutura áreas, modifica o espaço e redesenha a divisão social e territorial do trabalho. (THEIS, 2009)

A tecnologia além de transformar e distinguir áreas dá a essas o incremento necessário para que elas se desenvolvam e se tornem a referidas regiões bem sucedidas ou regiões perdedoras.

Como se pôde observar a região condição e condicionante dessas duas leis e sua existência as reforçam, gerando a problemática da inter-relação entre os fatores internos e externos a uma região. Esse conflito de interesses, embates internos e externos podem gerar uma desintegração e acentuação das diferenças regionais, sendo que essas vão se expressar sob a forma de desigualdades socioespaciais.

1.3 – Desenvolvimento e Desigualdades sócio-espaciais

A desigualdade fruto do processo de desenvolvimento desigual e combinado se materializa no espaço, e conseqüentemente nas regiões, sob a forma de desigualdades sócio-espaciais. Desigualdades essas que estão intimamente ligadas aos aspectos econômicos e culturais que acabam por se refletir em aspectos sociais, dando a heterogeneidade espacial e as singularidades regionais.

Tais desigualdades se refletem também na dinâmica apresentada por cada região e que faz parte do seu desenvolvimento, que no nosso caso não é sinônimo de crescimento. Cabem aqui ressaltar a diferença entre os dois conceitos.

Enquanto o crescimento de uma determinada região se baseia apenas em critérios econômicos o desenvolvimento está relacionado a uma série de fatores que vão além das questões econômicas. O desenvolvimento preza também pelo estabelecimento de relações mais justas e igualitárias no âmbito social que visem o bem estar geral. Já para o crescimento, índices econômicos, tais como PIB, PNB, renda *per capita*, participação da população

² Na sessão seguinte se fará uma breve distinção entre os conceitos de desenvolvimento e crescimento.

economicamente ativa na economia e participação de cada setor na economia, são suficientes para determinar se uma região está crescendo ou não.

Num estudo sobre a teoria dos pólos de desenvolvimento para o contexto regional Hansen fala sobre o caso da regionalização e o poder da intervenção estatal para crescimento econômico citando o caso da França³ como exemplo fica bem nítido que o termo crescimento se refere a questões econômicas, deixando em segundo plano as questões sociais:

É atualmente aceito, de um modo geral, tanto na França, como em qualquer outro lugar, que o governo central tenha o poder “de criar as bases para um crescimento equilibrado por todo o país”... através de intervenção pública”, assim como os meios para lograr “uma divisão equilibrada das atividades econômicas entre as regiões”. (HANSEN *in* FAISSOL, 1974, p 147)⁴.

Já o termo desenvolvimento está sendo cada vez mais utilizado por se tratar de um termo mais abrangente e que além das questões econômicas trata também de toda a parte social e cultural, ou seja, qualitativas e não meramente quantitativas, de uma região para definir se esta está se desenvolvendo ou não. Esse desenvolvimento,

é a passagem de uma determinada população, de uma fase menos humana para uma fase mais humana, ao ritmo mais rápido possível, ao custo financeiro e humano menos elevado possível, tendo em conta a solidariedade entre as populações. O desenvolvimento como fenômeno complexo mostra-se com dimensões variadas, dizendo respeito ao território, aos recursos naturais, às pessoas e suas ações (CORIOLANO, 2003, p 165).

Ou seja, é um desenvolvimento que deve se começar por uma escala menor, a fim de atingir uma integração com as escalas maiores, levando em conta a subjetividade de cada área e suas conexões com o mundo globalizado, sem esquecer, contudo de uma distribuição mais igualitária da riqueza.

Desenvolvimento, portanto, não significa unicamente geração de riquezas ou aumento do Produto Interno Bruto (PIB) dos países, embora crescimento e a

³Em 1955 a França foi dividida em 21 regiões para desenvolvimento industrial buscando integrar e desenvolver áreas que precisavam de tratamento especial no que se refere à industrialização. Fonte: <http://www.mi.gov.br/publicacoes/desenvolvimentoregional/publicacao/Cedeplar/FrancaPoliticaRegionalfinal.pdf>

⁴ As aspas dentro da citação são devido ao fato de o autor referenciado estar fazendo referência a outros autores, no caso Gravier e Pottier respectivamente.

distribuição menos desigual da riqueza material sejam decisivos para a qualidade de vida dos indivíduos (CORIOLANO & LEITÃO, 2008, p 474).

Portanto, para a busca do almejado desenvolvimento encontramos na região a situação perfeita para tal. Pois como visto anteriormente esta é o elo entre o particular e o geral num quadro territorial menor, integrando o modo de vida local num mundo global.

Através do processo de regionalização, com o intuito correto, podem-se buscar alternativas para se alcançar o desenvolvimento, não rompendo com a lógica do desenvolvimento desigual – afinal cada região detém uma especificidade que a torna única – mas tornando esse desenvolvimento proveitoso para as regiões que nunca o assistiram. Dessa forma as desigualdades sócio-espaciais observadas de uma região para a outra poderiam ser minimizadas, isso no que tange ao desenvolvimento, já que cada região continua a ser singular dentro de um mundo que se pretende homogêneo.

1.4 – Possibilidades para busca do desenvolvimento em regiões pouco desenvolvidas

Observou-se que a busca pelo desenvolvimento passa por questões que vão muito além do mero desenvolvimento econômico. Não que o desenvolvimento econômico não seja importante, afinal ele proporciona as bases financeiras para a que a população tenha uma qualidade de vida.

Questões como as potencialidades locais para desenvolvimento econômico, busca pelo fortalecimento das relações interpessoais dos habitantes da região, investimento social e econômico em educação e resgate de atividades passadas nas quais as regiões obtiveram sucesso – não esquecendo o contexto atual no qual estão inseridas – podem ser algumas das estratégias para a busca do desenvolvimento em regiões pouco desenvolvidas. Dessa forma,

entendemos por desenvolvimento um processo de fomento de novas forças produtivas e de instauração de novas relações de produção, de modo a promover um processo sustentável de crescimento econômico, que preserve a natureza e redistribua os frutos do crescimento a favor dos que se encontram marginalizados da produção social e da fruição dos resultados da mesma. (SINGER, 2004, p 2).

Sendo assim, o desenvolvimento busca contemplar atores que não protagonizam o processo de desenvolvimentismo capitalista. Ora, não faria sentido que estando à margem dos processos capitalista que tornam regiões mais prosperas do que outras essas regiões pouco desenvolvidas buscassem as mesmas estratégias que as regiões desenvolvidas para se desenvolverem.

A busca por integrar também entes da administração pública aos demais entes políticos locais deve ser considerada, já que a população melhor do que ninguém sabe das necessidades da sua região. A mudança almejada aqui deve se constituir através das necessidades das bases sócias, deve vir de baixo para cima e não de cima para baixo (SANTOS, 2008, p 170), a fim de estabelecer bases sólidas para que o desenvolvimento seja alcançado de forma plena.

A articulação entre regiões pouco desenvolvidas também é desejável, já que o vínculo construído entre essas regiões pode as resguardar de problemas advindos de regiões mais fortes num caso de competição. Cabe lembrar também que a integração da economia local seria mais bem aproveitada através da cooperação e não da competição. Duas regiões consideradas fracas poderiam se valer da união e da formação de um bloco regional para se defender diante das pressões do capital contra a sua economia local. Comportamento esse desejável para a busca de um desenvolvimento que vise a especialmente o desenvolvimento humano. O uso da cooperação e não da concorrência para desenvolver a região pode ser controverso, mas, “esta controvérsia, que está no cerne das grandes lutas políticas de nossa época, provavelmente será resolvida pela comparação entre práticas competitivas e cooperativas, nas diferentes sociedades nacionais” (SINGER, 2004, p.3). Para isso é preciso tentar.

Para isso é preciso conhecer a região a ser desenvolvida e também as regiões ao seu redor para que se saiba como se deu o processo de desenvolvimento desigual, como se encontra a situação na atualidade, quais as estratégias que deram certo e em quais contextos e, principalmente, quais as potencialidades específicas de cada região que podem ser aproveitadas a fim de desenvolvê-las.

Com esse intuito se fará uma revisão da dinâmica urbano-regional do estado de Goiás a fim de entender seus processos e de conhecer as atividades de cada mesorregião, visando buscar estratégias para o desenvolvimento de uma microrregião muito atrasada em face de pujança econômica de outras.

CAPÍTULO 2 - DINÂMICA URBANO REGIONAL DO ESTADO DE GOIÁS

2.1 – Dinâmica Urbano Regional do Estado de Goiás ao Longo de Sua História

O território do atual estado de Goiás iniciou a sua ocupação cerca de um século após o descobrimento do Brasil. Através do movimento das bandeiras vindas da capitania de São Paulo o estado foi ganhando forma e conteúdo com as descobertas feitas pelos aventureiros que por ali vagavam em busca de índios e minerais, especialmente o ouro.

Assim como todo território apropriado pelo homem ao qual se atribui um conjunto de usos, o estado de Goiás teve o seu desenvolvimento configurado de forma desigual, tanto em função das descobertas que aos pouco iam se fazendo, quanto em função das potencialidades que se observavam ou não na região, em especial o ouro e as pastagens onde se desenvolviam atividades ligadas à pecuária, ainda hoje extremamente presente na região.

O estado de Goiás foi durante muito tempo território de propriedade da Capitania de São Paulo, passando a ser Capitania Geral de Goiás em 1744 e posteriormente, no Império, Província de Goiás. Com a proclamação da república, em 1889 a então província passou a ser o estado de Goiás, composto pelo que hoje se conhece como Goiás e também pelo que hoje é o estado do Tocantins e o Distrito Federal. Situação essa que se modificou em primeiro momento em 1960 com a transferência da capital federal do Rio de Janeiro para o atual Distrito Federal e em 1988 quando o norte do estado, menos desenvolvido do que o sul, foi desmembrado tornado-se independente. Estes foram importantes marcos que impactaram na dinâmica urbano-regional do estado reconfigurando a sua estrutura e rede de cidades.

A capital, Goiânia, foi fundada em 1935⁵ substituindo a até então capital Vila Boa, conhecida hoje como Cidade de Goiás, como sede político administrativa. Tal mudança deve-se a política de integração do Centro-oeste brasileiro, conhecida como Marcha para o oeste, proposta pelo governo Vargas, além disto, a antiga capital era uma cidade herança do período colonial e afastada das regiões mais dinâmicas do estado. A mudança dinamizou a rede

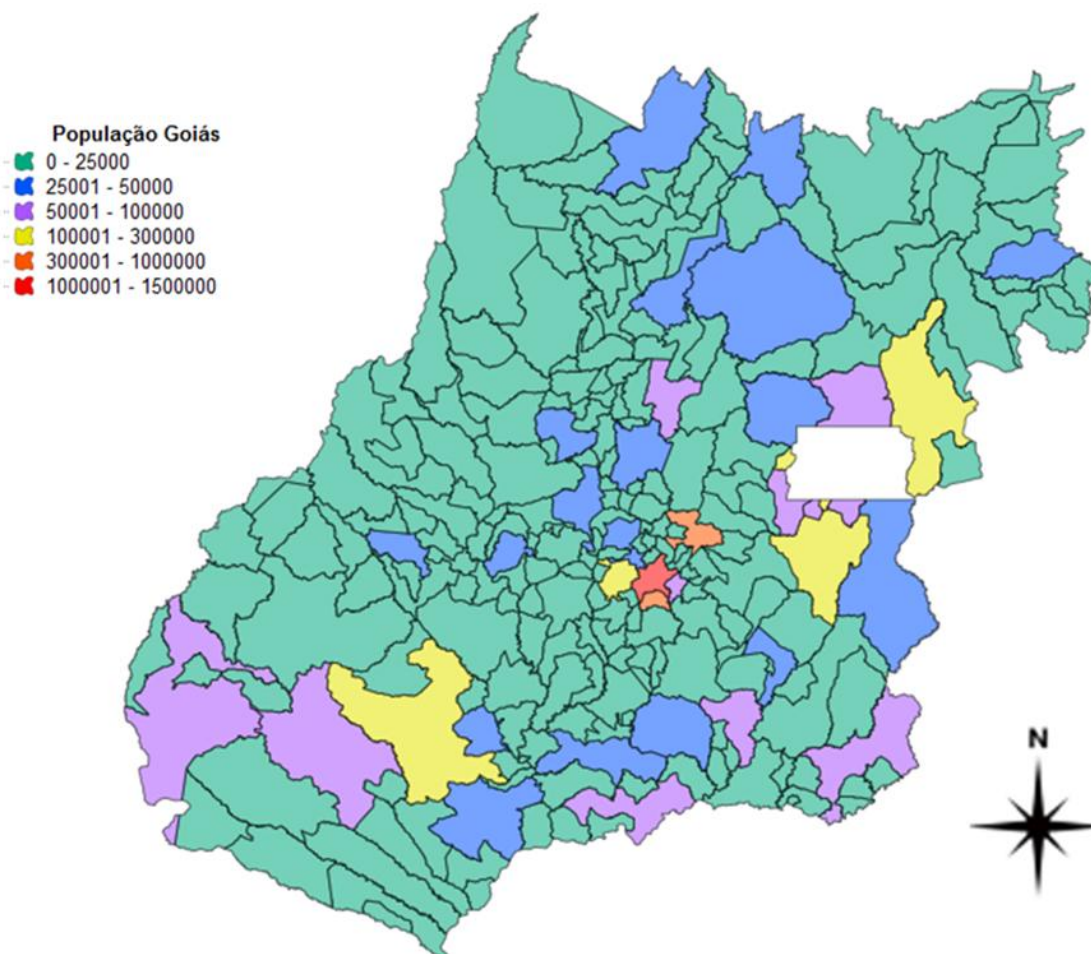
⁵ Foram encontradas pelo menos três datas para a fundação da cidade de Goiânia. As datas mais conhecidas são 1933, data em que a comissão para criação da capital escolheu o local da cidade e lançou a pedra fundamental, 1935, mudança do governador Pedro Ludovico da cidade de Goiás para Goiânia e 1937, mudança definitiva da capital com a conclusão dos principais edifícios públicos – embora a cidade, do ponto de vista urbanístico, ainda estivesse no começo. (PALACÍN, 1975)

urbana do estado, induzindo o desenvolvimento de novos pólos econômicos, como Anápolis e Itumbiara. Estes municípios se encontravam mais próximos do Sudeste do Brasil possibilitando a interligação com as demais regiões do país. Vários municípios surgiram em função da transferência da capital para Goiânia e também em função das colônias agrícolas ali instaladas pelo governo federal, especialmente Ceres e Porangatu.

Tais mudanças na configuração urbano-regional do estado de Goiás levaram a uma intensa migração de pessoas de todo o país em busca das novas oportunidades oferecidas pelo Centro-Oeste brasileiro. O desenvolvimento do estado, ligado especialmente aos setores da agropecuária e mineração, manteve certo padrão até a década de 1960, quando o estado sofreu novo surto econômico com a criação de Brasília pelo presidente Juscelino Kubitschek. A construção de Brasília integrou ainda mais o estado ao restante do Brasil, especialmente a região Sudeste. Essa integração deu novo dinamismo ao estado de Goiás, criando diversos polos de desenvolvimento, especialmente no eixo Brasília-Goiânia, no Vale do Paranaíba e no oeste goiano.

A construção da nova capital criou uma das áreas atualmente mais densamente povoadas do estado, a região metropolitana de Goiânia, englobando vinte municípios. Juntamente com a região do Entorno de Brasília, a região metropolitana de Goiânia se transformou em um dos núcleos urbanos mais importantes do estado, dinamizando sua economia, população, fornecimento de bens e serviços e construção de indústrias. O processo de metropolização dessas duas regiões é o mais forte de todo o estado e configura-se como a maior aglomeração urbana e a maior densidade demográfica de todo o Centro-Oeste brasileiro. Tal fato pode ser observado no mapa a seguir que mostra a distribuição da população no estado de Goiás.

FIGURA 1 – População Goiás – IBGE 2010



*Fonte: Instituto brasileiro de geografia e estatística – IBGE. Elaboração: Wesley Torres (Quantumgis 2012)

Nos primórdios da ocupação regional, principalmente no período de decadência da mineração do ouro, a atividade agropecuária se instalou no estado e região. Inicialmente tratava-se de atividade pouco intensiva e com baixa densidade técnica, ou seja, uso de máquinas, implementos e técnicas modernas de produção. Posteriormente com a incorporação das áreas de Cerrado ao complexo agroindustrial na segunda metade do Século XX, verificou-se a expansão e o predomínio do agronegócio na economia da maioria dos municípios goianos e do Centro-Oeste brasileiro.

A questão do predomínio da agropecuária na economia do estado de Goiás, especialmente com as colônias agrícolas instaladas pelo governo federal na década de 30 (Getúlio Vargas), com o intuito de desenvolver e integrar a região deixou marcas no território do estado

observadas muito bem nos dias de hoje. Municípios do sul e sudeste goiano, tais como: Rio Verde, Catalão, Jataí e Itumbiara, tem alto potencial de polarização no estado em função do agronegócio.

O predomínio do agronegócio nos remete a impressão de que todo o estado de Goiás tem alto potencial para a agricultura e a pecuária, esquecendo que no estado existem vazios demográficos e áreas com baixo potencial polarizador, como é o caso do norte do estado. Onde devido a questões relacionadas ao relevo planáltico, aos solos empobrecidos, a baixa densidade técnica entre outros aspectos verifica-se uma ocupação rarefeita do território com poucos municípios, todos de pequena população e com baixos indicadores socioeconômicos.

O Norte do estado apresenta grandes vazios demográficos, especialmente a região Noroeste, fronteira com o Mato Grosso. Além do pequeno contingente populacional, comparado a grande concentração encontrada na região metropolitana de Goiânia, a região norte do estado apresenta desenvolvimento econômico também inferior à região sul. Há um consenso entre pesquisadores e em nível institucional de que a região mais atrasada é o Nordeste do estado, divergindo esses apenas quanto a forma de abordar essa situação de pobreza (IPEA, 2009, p. 35).

Um representativo dessa inexpressividade econômica do norte goiano dentro do estado é o fato de que apenas sete municípios (Goiânia, Anápolis, Rio Verde, Aparecida de Goiânia, Jataí, Catalão e Itumbiara) concentram aproximadamente 46% do PIB do estado. E coincidentemente, ou não, estão todos localizados no sul do estado. A tabelas abaixo mostra os dez maiores PIBs do Estado no ano de 2009.

TABELA 1: Municípios com os maiores PIBs do Estado de Goiás.

Ano 2009	
Município	Valor (R\$)
Goiânia	21.386.530.000
Anápolis	8.109.760.000
Aparecida de Goiânia	4.601.373.000
Rio Verde	4.260.318.000
Catalão	3.663.231.000
Senador Canedo	2.658.435.000
Itumbiara	2.151.447.000
Luziânia	2.040.828.000
Jataí	1.930.988.000
São Simão	1.256.673.000
Total	52.059.583.000
Participação no Estado	60,8%
Estado de Goiás	85.615.344.000

*Fonte: Segplan-GO/Sepin/Gerência de Contas Regionais e Indicadores – 2011 (Elaboração nossa)

O desenvolvimento desigual de Goiás, expresso pela dicotomia sul rico e norte pobre demonstra o fato de que o processo modernizador do estado não se realizou da mesma forma. As diferentes práticas econômicas no estado expressam os desdobramentos da divisão social do trabalho numa divisão territorial em que diferentes momentos do processo produtivo se realizaram ao mesmo tempo em diferentes lugares (DAMIANI, 2006, p. 137).

Atualmente o estado de Goiás tem sua economia basicamente relacionada ao agronegócio e ao setor de serviços. Embora sua dinâmica urbano-regional dependa destes setores, parte do estado apresenta atividades que vão além destes setores. É notável a industrialização crescente do estado, principalmente nos anos 90 com a guerra fiscal e a transferência de plantas industriais para os pólos regionais, principalmente Anápolis, Itumbiara, Rio Verde, Catalão, Goiânia, Senador Canedo, entre outros. Verifica-se também a inexpressividade econômica em algumas microrregiões e municípios do estado, especialmente no nordeste, no Vão do Paranã e noroeste goiano, nestas microrregiões inexistem atividades econômicas de grande relevância. Tal fato motivou a divisão do estado pelo IBGE em 1990 em dezoito microrregiões, a partir de mesorregiões identificadas também para atender as populações num nível local.

que apresentam especificidades quanto à organização do espaço tais como: estrutura da produção agropecuária, industrial, extrativismo mineral, entre outras, podendo ainda resultar da presença de elementos do quadro natural

ou de relações sociais e econômicas particulares. (SEPIN, MAPA DAS MICRORREGIÕES – IBGE, 2012).⁶

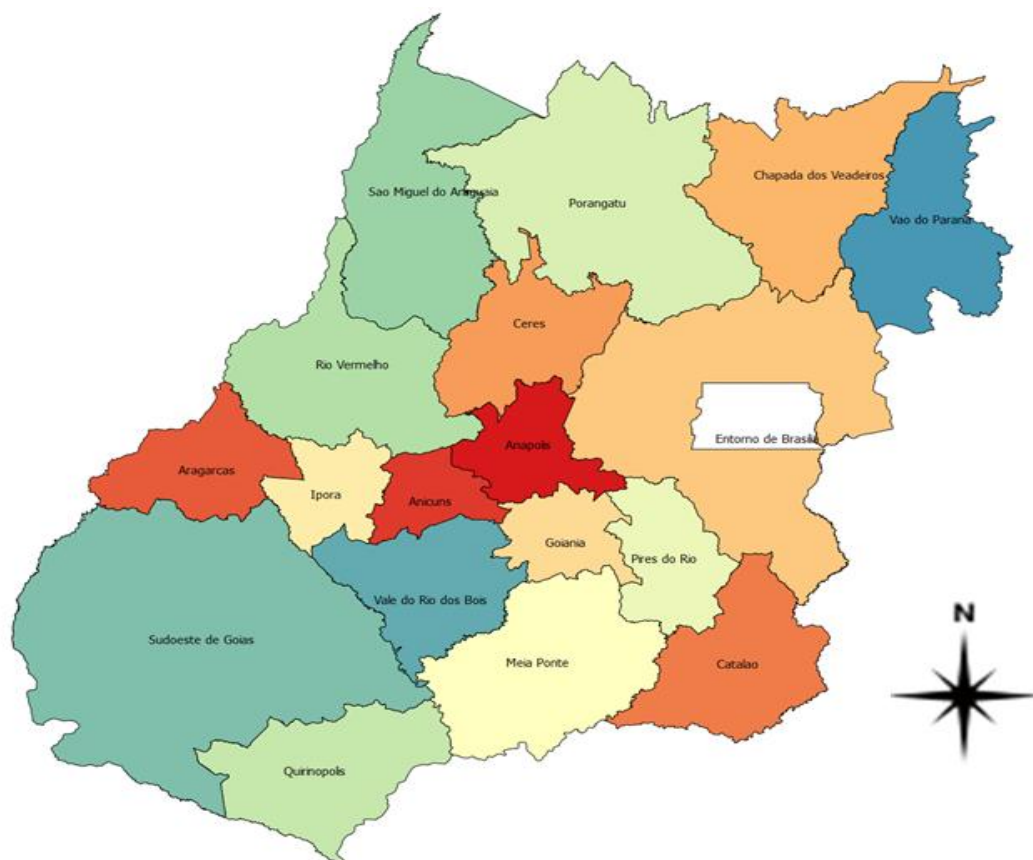
Essa divisão do estado de Goiás traz consigo uma característica própria do que Milton Santos chamou de cidades locais. Nessa denominação podemos verificar que se priorizam as atividades locais voltadas para atender não as necessidades externas, mas sim as atividades da população. Isso implica toda uma complexidade nas atividades das cidades, gerando uma gama de relações voltadas para a população local. São consideradas as cidades de mais baixo nível hierárquico, e que “o distribuem e ofertam apenas bens e serviços de consumo muito freqüente, sendo estas denominadas de centros locais.” (FRESCA, 2010, p 77)

A identificação dessas microrregiões demonstra que há no estado um processo de desenvolvimento desigual mesmo este passando a imagem de que o estado é desenvolvido como um todo – ocupando a nona economia do país e apresentando taxa de crescimento acima da média nacional (SEPIN, 2008)⁷. As microrregiões do estado de Goiás podem ser observadas no mapa a seguir:

⁶ Encontrado em <http://www.seplan.go.gov.br/sepin> (acessado em 26/04/2012)

⁷ idem

FIGURA 2: Goiás - Microrregiões



*Elaboração: Wesley Torres (Quantumgis 2012)

A elaboração de políticas públicas tanto por parte do governo do estado como por parte de estudiosos se volta especialmente para o desenvolvimento do agronegócio, sem ao menos questionar as possibilidades e potencialidades das regiões onde não se observa potencial agrícola de larga escala. Em Diretrizes de Política Industrial e Tecnológica percebe-se claramente esse fato ao se ler o principal objetivo das diretrizes:

transformar Goiás em um pólo agroindustrial de crescente importância no cenário nacional e internacional, fazendo da expansão e modernização da indústria um motor para o desenvolvimento sustentável (do ponto de vista econômico, social, regional e ambiental) do Estado (GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS, 2007 apud IPEA, 2009)

Além da negligência por parte do governo da pouca potencialidade de certas áreas para o agronegócio e da exaltação do mesmo para o crescimento do estado, o fato da pouca possibilidade de avanço econômico e social para as áreas menos desenvolvidas através dessa

modalidade econômica também não é cogitado. Segundo Leme, o modelo de instalação do agronegócio repercute seletivamente no plano urbano, beneficiando centros já estabelecidos, inalterando significativamente a rede de cidades estabelecidas anteriormente (LEME *in* STEINBERGUER, 2009, p. 76). Ou seja, o benefício do agronegócio fica retido nos pontos já desenvolvidos modificando as regiões pouco desenvolvidas até então apenas no âmbito da exploração sem benefícios atrelados, tornando os centros ricos cada vez mais ricos e os pontos pobres cada vez mais pobres.

Para concluir, podemos dizer que a modernização promovida pelo agronegócio, com importantes desdobramentos nos setores secundário e terciário, induziu à concentração da propriedade, afetou os padrões de mobilidade espacial da população e degradou o meio ambiente, sem modificar significativamente a rede de cidades e sua hierarquia. (LEME *in* STEINBERGUER, 2009, p. 78)

Não é questionado o que se fazer nas áreas onde a indústria do agronegócio não é possível, relegando esses municípios ao subdesenvolvimento e a miséria profunda, já que não se propõem políticas públicas ou arranjos produtivos locais – APL's que valorizem o potencial latente dessas regiões, onde o agronegócio ainda não se instalou e não tem possibilidades concretas de se instalar tão cedo.

Os trabalhos produzidos sobre a questão do desenvolvimento regional do “norte” do estado relacionam o desenvolvimento local à modernização da agricultura com a penetração do capitalismo no campo. Isso se deve aos financiamentos nacionais e internacionais que dão aos municípios por eles afetados a capacidade de mundialização, negligenciando a economia local e as necessidades locais de arranjos produtivos para o seu desenvolvimento.

Essa questão é legitimada por Barreira (2002) ao alegar que a região do Vão do Paranã, por exemplo, tem uma questão histórica com a pecuária e as bases naturais que a apta para tal atividade no presente possibilitando um futuro próspero, indo de encontro com o que se chama de vocação do estado de Goiás para a agropecuária. Entretanto, não se questiona as outras possibilidades de desenvolvimento para a região que não estejam atreladas a esse setor, esquecendo que a pecuária atualmente é uma atividade que exige incremento técnico e intelectual que a região, infelizmente, não possui.

Esse fato evidencia a negligência do capital e do Estado nas suas políticas de incentivo econômicas as especificidades de cada município, pois não se discute de que forma vai se dar

a distribuição dos recursos entre os agentes envolvidos na tentativa de inserção de pequenas economias na dinâmica global do capital. A escala municipal, suas características e especificidades são totalmente negadas a fim de que se possa atingir o lucro desejado com a inserção de atividades muitas vezes inapropriadas para determinados municípios. Dessa forma os que mais sentem a perversidade desse processo são os municípios pequenos, que ao não conseguirem entrar na lógica do capital são relegados ao esquecimento e ao abandono. Qual seria então a forma para retirá-los desse abandono e esquecimento e inseri-los numa dinâmica de desenvolvimento e valorização municipal?

O grande desafio é superar a prevalência da competição sobre a cooperação entre municípios, tornando claras as regras e mecanismos de regulação dos processos conflituosos entre entes da federação. Ou seja, desnaturalizar a guerra de lugares que se colocou no vácuo de políticas territoriais nas escalas federal e estadual, e permitiu que se fortalecessem novas formas de articulação entre capitais e forças políticas, aprofundando os processos de fragmentação territorial. (MOURA *in* ENDLICH; ROCHA, 2009, p 35)

Talvez dessa forma as discrepâncias sócio-espaciais presentes no estado de Goiás pudessem ser minimizadas.

As discrepâncias econômicas e sociais presentes no espaço geográfico de Goiás são evidenciadas através da divisão do estado em microrregiões que agrupam tipos parecidos de municípios. Tal fato pode ser observado pela distribuição desigual de renda representado, por exemplo, por Goiânia, município do centro-sul, que apresentou PIB *per capita* em 2009 de R\$ 16.682,49 enquanto que Simolândia, no nordeste goiano, apresentou quase um quarto desse valor no mesmo ano R\$ 4.159,05, sendo que a média do estado ficou em R\$ 14.446,68. (SEPIN, 2009)

TABELA 2: Os cinco maiores e menores PIBs *per capita* do Estado de Goiás.

Ano 2009			
Maiores PIBs <i>per capita</i>		Menores PIBs <i>per capita</i>	
Município	Valor (R\$)	Município	Valor (R\$)
Alto Horizonte	121.223,36	Águas Lindas de Goiás	3.831,77
São Simão	87.432,92	Novo Gama	3.968,99
Chapadão do Céu	78.870,48	Santo Antônio do Descoberto	3.991,43
Perolândia	51.471,87	Cidade Ocidental	4.064,71
Porteirão	45.774,18	Simolândia	4.159,05
Média do Estado:		R\$ 14.446,68	

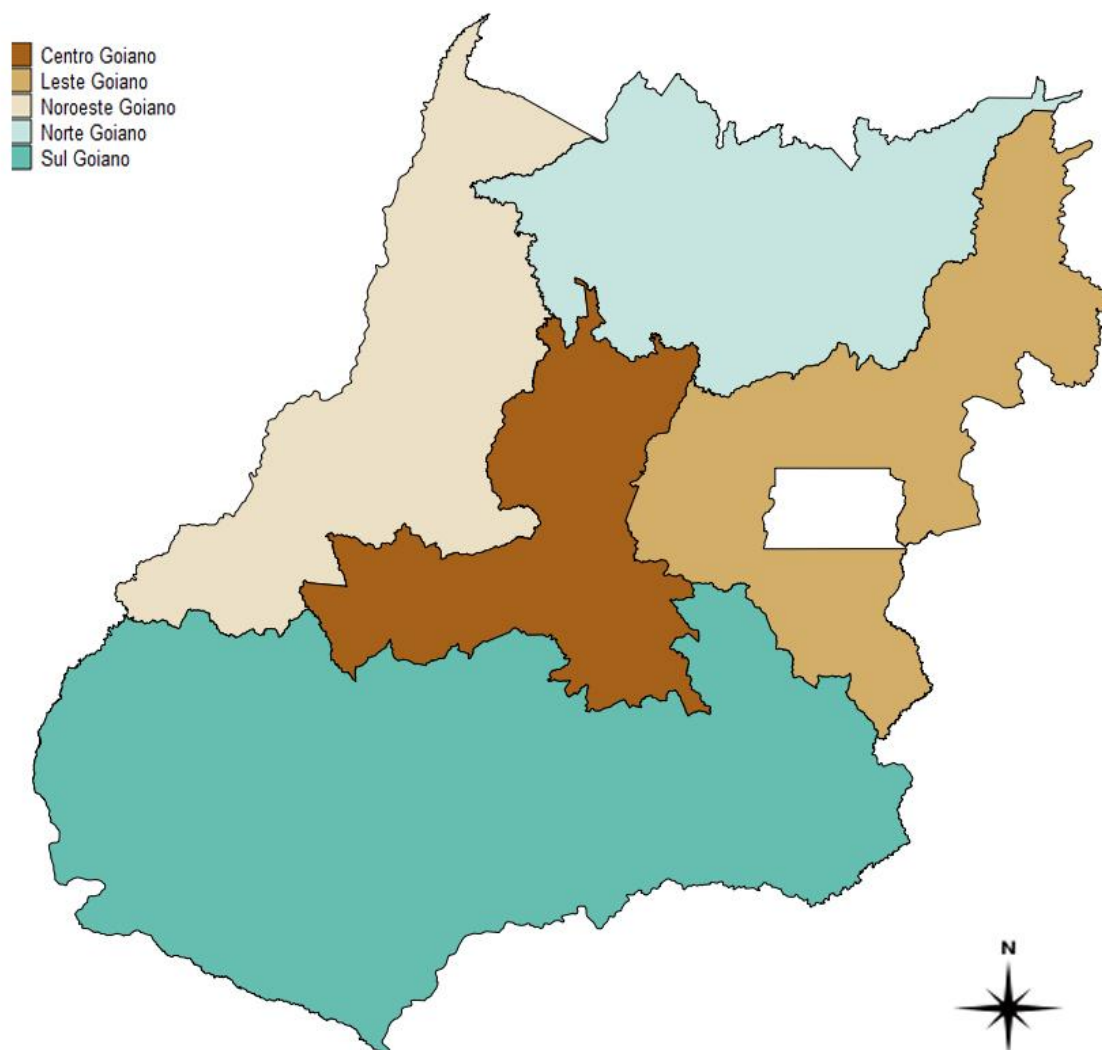
*Fonte: Segplan-GO/Sepin/Gerência de Contas Regionais e Indicadores – 2011 (Elaboração nossa)

Com o intuito de compreender melhor cada microrregião e seus municípios em aspectos distintos, será feita uma breve caracterização da economia e dos indicadores sociais das mesorregiões, a fim de demonstrar suas especificidades e as potencialidades das que não atendem as necessidades exigidas para a modernização da economia.

2.2 – Caracterização Das Mesorregiões De Goiás

A divisão feita pelo IBGE em 1987 com finalidades estatísticas dividiu o Brasil em mesorregiões e microrregiões para fins analíticos em substituição à Divisão Regional em Microrregiões Homogêneas editada pelo IBGE em 1968 (IBGE, 1990, p 3). Seguindo essa divisão o estado de Goiás foi dividido em cinco mesorregiões e dentro dessas em dezoito microrregiões. As mesorregiões são, como pode ser visto na figura a seguir, o Norte Goiano, o Noroeste Goiano, o Centro Goiano, o Sul Goiano e o Leste Goiano. A seguir será feita uma breve caracterização de cada mesorregião, identificando nela as microrregiões ali existentes.

FIGURA 3: Goiás – Mesorregiões



*Elaboração: Wesley Torres (Quantumgis 2012)

2.2.1 – Norte Goiano

O norte goiano é composto pelas microrregiões de Porangatu e Chapada dos Veadeiros e contém 27 municípios. A população dessa mesorregião encontra-se em declínio, especialmente no que se refere a população jovem, que sai em busca de melhores oportunidades relativas a emprego e educação nas mesorregiões do sul. É uma região que não apresenta atividade econômica expressiva, exceto pelo seu potencial turístico encontrado na Chapada dos Veadeiros. O setor da economia mais movimentado é o setor terciário, juntamente com o Noroeste goiano, em função da sua condição de centro de atividades comerciais e de serviços para as populações do sul do Tocantins e nordeste do Mato Grosso (IFG, 2010, p 48). Tal fato é evidenciado pelo maior número de trabalhadores empregados no setor de serviços.

2.2.2 – Noroeste Goiano

O noroeste goiano é o conjunto das microrregiões de São Miguel do Araguaia, Rio Vermelho e Aragarças, composta por 23 municípios. Mesorregião que tem forte articulação com o a mesorregião do Norte Goiano. É a mesorregião que apresenta o maior vazio demográfico do estado de Goiás e

apresenta-se como um vazio urbano. É uma região tradicional de pecuária extensiva onde existem apenas três municípios com mais de 20 mil habitantes (Heitorai, Itapuranga e Goiás) e, de modo geral, a infra-estrutura e a base de serviços é absolutamente precária. (IPEA, 2009, p 25)

2.2.3 – Centro Goiano

É constituído pelas microrregiões de Ceres, Anápolis, Iporá, Anicuns e Goiânia e contém 82 municípios. Por ser uma das regiões com um histórico de tentativa de integração com o território nacional (Marcha para o Oeste – Era Vargas) é a região mais populosa do estado, com destaque para a região Metropolitana de Goiânia, e com maior capacidade de polarização do estado em função do fortalecimento dos antigos núcleos urbanos mais dinâmicos do estado (IPEA, 2009). Concentra a maior parte das atividades econômicas do estado, com destaque especial para o setor de serviços e de indústrias (que andam crescendo na região). A região apresenta também os melhores índices de qualidade de vida do estado.

2.2.4 – Sul Goiano

Sudoeste de Goiás, Vale do Rio dos Bois, Meia Ponte, Pires do Rio, Catalão e Quirinópolis e compreende 82 municípios. A região do sul goiano abriga os maiores complexos agropecuários do estado de Goiás. Observa-se nela também um incremento tecnológico e técnico muito marcante no estado. Nela não se observa nada da agropecuária do passado, resguardando o que há de mais moderno no que se refere à plantação e criação de animais. É considerada uma das regiões mais prósperas do estado, sendo que

Ao lucro dos negócios vêm sobrepor-se rendas de localização. Na ordem da produção há tipos de produtos que se formam, interinfluenciam, criam as suas tradições e eventualmente participam num espírito coletivo: empresários, trabalhadores qualificados, quadros industriais (PERROUX *in* FAISSOL, 1975, p 108).

2.2.5 – Leste Goiano

É, juntamente com a região Metropolitana de Goiânia, a região mais integrada com o Distrito Federal, sendo composto pelo Entorno de Brasília e pelo Vão do Paranã. Possui ao todo 32 municípios por ela compreendidos. Também conhecida como nordeste goiano a região,

especialmente o Vão do Paranã, tem uma forte ligação com o nordeste brasileiro – Oeste baiano – e com a região do Distrito Federal.

A região não apresenta grau de industrialização, não possuindo indústrias de valor significativo no seu território. Os sub polos da mesorregião são Posse e Formosa, tendo como áreas de influência a região do Vão do Paranã e a região do Entorno de Brasília respectivamente.

Nessa região a produção agropecuária é marcante não possuindo, contudo o sucesso observado no sul do estado. A pecuária é um fator marcante no Vão devido ao histórico e aos aspectos naturais da região. Embora seja marcante, não tem trazido os benefícios almejados, já que é consenso entre os estudiosos que a região Nordeste do estado é a mais atrasada. (IPEA, 2009)

Atualmente tem-se explorado a reorganização da região através da reocupação do Oeste baiano na década de 70, com os altos investimentos na agricultura por parte dos imigrantes do Sul do país, e a influência do Distrito Federal e da BR 020, ligação entre Brasília e o Nordeste brasileiro, passando pelo Vão. (BARREIRA, 2002, p 22)

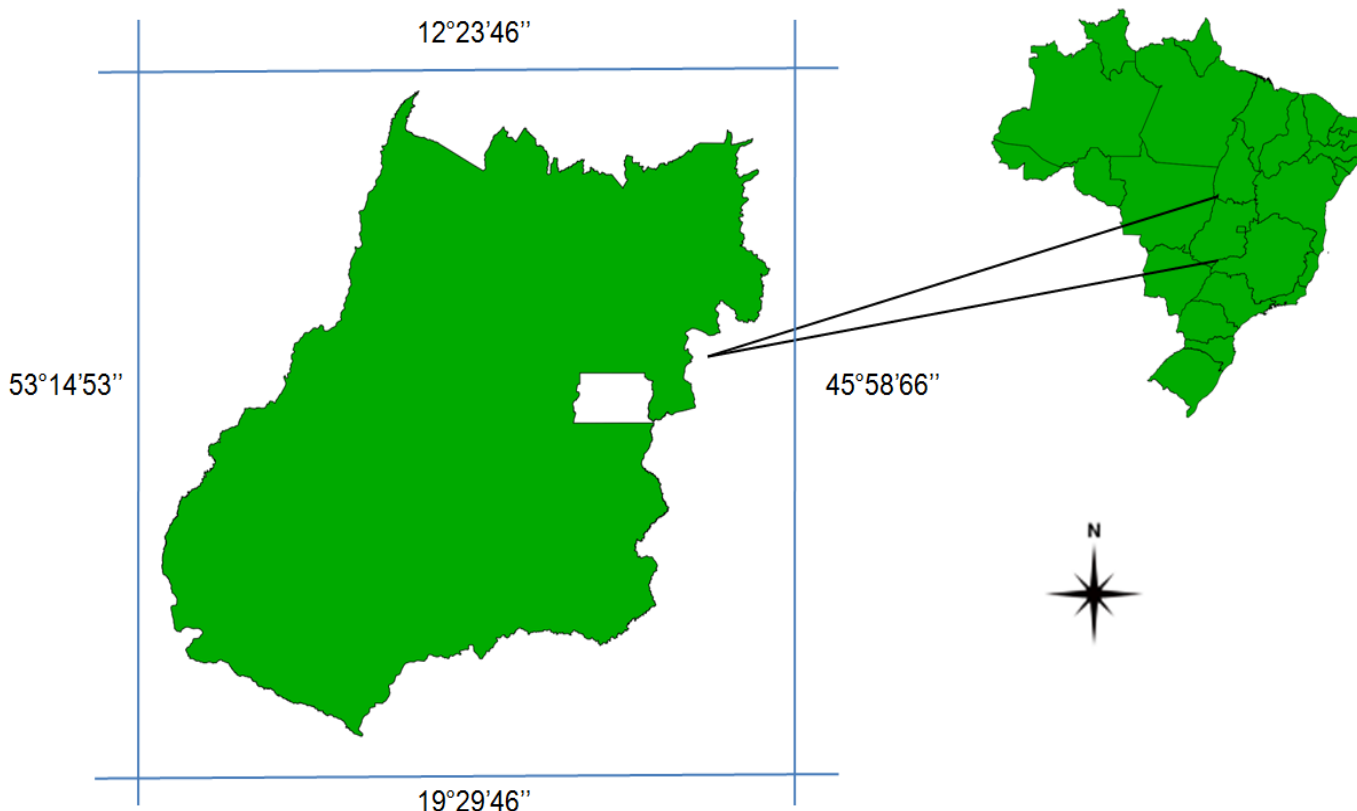
Com o intuito de entender melhor essa região que mesmo com a potencialidade da pecuária não apresenta os níveis de desenvolvimento apresentados pelas médias do estado é que se fará um estudo sobre a região do Vão do Paranã buscando estratégias alternativas para o desenvolvimento dessa região, utilizando-se das ferramentas e dos conhecimentos que o processo de regionalização do IBGE e sua base de dados nos dá.

CAPÍTULO 3 – ESTRATÉGIAS PARA O DESENVOLVIMENTO DA MICRORREGIÃO DO VÃO DO PARANÃ - GOIÁS

3.1 – Conhecendo o Vão do Paranã

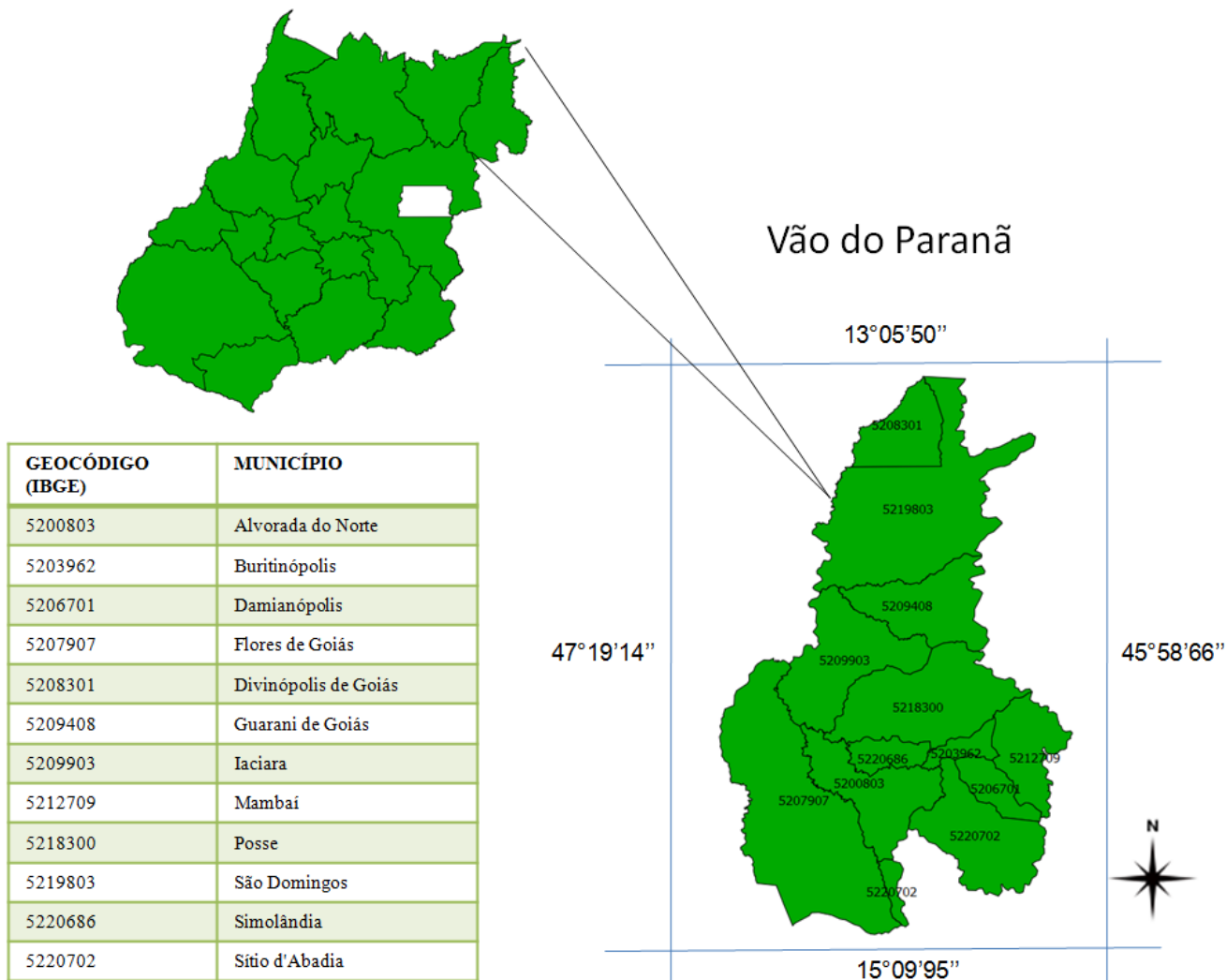
A microrregião do Vão do Paranã está localizada na porção Nordeste do estado de Goiás, pertencente à mesorregião do Leste Goiano. A região possui 12 municípios, Alvorada do Norte, Buritinópolis, Damianópolis, Divinópolis de Goiás, Flores de Goiás, Guarani de Goiás, Iaciara, Mambaí, Posse, São Domingos, Simolândia e Sítio d'Abadia, que mantêm fortes relações com a região do Oeste baiano e com o Distrito Federal. Nas ilustrações abaixo são apresentados mapas com a localização do estado de Goiás e da microrregião do Vão do Paranã e os municípios pertencentes a ela.

FIGURA 4: Localização do Estado de Goiás no Brasil



*Elaboração: Wesley Torres (Quantumgis 2012)

FIGURA 5: Vão do Paranã - Municípios



*Elaboração: Wesley Torres (Quantumgis 2012)

O Vão do Paranã tem características climáticas de uma área de transição entre os climas úmidos amazônicos e semi-áridos da caatinga nordestina, com alternância de períodos chuvosos e secos ao longo do ano. A região recebe o nome de Vão por estar inserida entre o Planalto divisor São Francisco-Tocantins, a Serra Geral de Goiás e a Depressão do Rio Tocantins – o vale do rio Paranã, a feição geomorfológica da região pode ser observada na figura a seguir. Os tipos de solos predominantes na região são os Plintossolos e os Neossolos, característicos de regiões próximas a cursos d'água e vales. Os solos podem explicar em parte as atividades ligadas à agropecuária da região.

Os Plintossolos Argilúvicos e Háplicos que apresentam drenagem restrita, têm como característica diagnóstica a presença do horizonte plíntico que é identificado principalmente por cores mosqueadas ou variegadas, compostas de tons desde vermelhos a acinzentados. Têm ocorrência constatada nas Regiões Norte, Nordeste (Piauí e Maranhão) e Centro-Oeste, mais especificamente, Ilha de Marajó, Baixada Maranhense, Sul do Piauí, Médio Amazonas, Vale do Paranã (Goiás/Tocantins), Pantanal Mato-grossense e Planícies do Araguaia e Guaporé. Têm manejo agrícola bastante delicado, que necessita de bom controle de sua dinâmica hídrica interna, já que pode ter como conseqüência o endurecimento da plintita. Entretanto, na Região Centro-Oeste, imensos projetos de cultivo de grãos (principalmente arroz) estão instalados sobre os mesmos, com uso de irrigação/drenagem. (IBGE, 2007, Apêndices)

Boa parte dos Neossolos ocorre em praticamente todas as regiões do País, embora sem constituir representatividade espacial expressiva, ou seja, ocorrem de forma dispersa em ambientes específicos, como é o caso das planícies à margem de rios e córregos (Neossolos Flúvicos) e nos relevos muito acidentados de morrarias e serras (Neossolos Litólicos). (IBGE, 2007, Apêndices)

É considerada a região mais pobre de Goiás, sendo conhecido no próprio estado como o “corredor da miséria”. Entretanto, a região já assistiu a um período de grande dinamismo econômico. Durante o século XVIII o Vão do Paranã sofreu forte influência da economia mineradora, mas não sob a forma da extração do ouro ou do seu beneficiamento, e sim através da atividade pecuarista que fornecia para a região o gado para transporte dos minérios, a carne para consumo e o couro. Há estudiosos que atribuem ao declínio da economia açucareira a migração de contingente populacional nordestino, especialmente do estado da Bahia, que deram início as atividades ligadas à criação de gado.

A localização, próxima a região mineradora, aliada as condições físicas que propiciavam a criação de gado deram ao Vão do Paranã a possibilidade de crescimento⁸ durante o período aurífero na região das minas de Goiás. Embora Palacín afirme que durante o período aurífero de Goiás não houve outras atividades econômicas de grande relevância (PALACÍN, 1975, p 17), os resquícios da economia pecuarista expressos na região demonstram o contrário.

Observou-se um forte processo de ruralização da região em função das atividades pecuaristas desenvolvidas durante o século XVIII. Já no início do século XIX, a região se caracterizara como a de maior expressividade econômica e populacional da Província de Goiás em função

⁸ Crescimento, como já foi dito em capítulo anterior, está aqui relacionado a aspectos econômicos e não sócio-culturais como é o caso do termo desenvolvimento.

da sua forte ligação comercial com a Bahia, um dos centros comerciais mais expressivos da colônia (BARREIRA, 2002).

Em função do declínio da economia mineira, substituída pela economia cafeeira, e do deslocamento das atividades da região das Minas (atuais estados de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso) para a região do Sudeste do Brasil, a região do Vão do Paranã assistiu a sua economia mergulhar em decadência e se isolar dos pontos mais dinâmicos da economia até pelo menos a década de 50 do século XX, quando começou uma retomada das atividades em função da transferência da capital federal para o Centro-oeste brasileiro. Em função da sua distância do Sudeste do país a região não experimentou as mesmas oportunidades de crescimento e desenvolvimento que as regiões da porção sul do estado de Goiás através das políticas de integração chamada “Marcha para o Oeste”, na década de 30. Esse isolamento acabou por aprofundar as paupérrimas condições nas quais viviam a população (BARREIRA, 2002).

Na década de 80, houve diversas tentativas para integrar a região na dinâmica econômica do estado, entretanto não se obteve sucesso nessa empreitada, pois se apregoava o mesmo modelo de desenvolvimento que se aplicava ao restante de Goiás. Esquecia-se, contudo do contexto de extrema pobreza da microrregião e das relações que esta já estabelecia muito mais com o Oeste baiano do que com o restante do estado. Os estudos sobre a área eram muitos, as medidas práticas para o seu desenvolvimento, entretanto foram poucas. Esse pouco desenvolvimento pode ser observado na tabela a seguir sobre os índices socioeconômicos da microrregião:

TABELA 3: Indicadores Socioeconômicos dos municípios do Vão do Paranã – Goiás

MUNICÍPIOS	PIB (2009)	PIB <i>per capita</i> (2009)	Índice de Gini (2003)	IDH (2000)⁹
Alvorada do Norte	55.964.000 reais	6.457,90 reais	0,43	0,68
Buritinópolis	15.364.000 reais	4.300,05 reais	0,40	0,60
Damianópolis	17.036.000 reais	4.631,78 reais	0,40	0,63
Divinópolis de Goiás	35.307.000 reais	6.338,80 reais	0,43	0,67
Flores de Goiás	81.505.000 reais	7.097,89 reais	0,42	0,64
Guarani de Goiás	29.066.000 reais	7.101,40 reais	0,42	0,63
Iaciara	82.439.000 reais	6.412,98 reais	0,43	0,70
Mambaí	29.513.000 reais	4.159,05 reais	0,41	0,64
Posse	189.626.000 reais	6.066,67 reais	0,42	0,71
São Domingos	73.008.000 reais	7.188,63 reais	0,43	0,63
Simolândia	33.332.000 reais	4.546,79 reais	0,42	0,65
Sítio d' Abadia	22.326.000 reais	6.360,74 reais	0,41	0,64
Média do Estado de Goiás	348.028.455 reais	14.446,68 reais	0,45	0,80

*Fonte: IBGE - 2009 (Elaboração nossa)

Segundo Barreira (2002), a população da região se mostra impotente diante das diversas mazelas que se observam na região. A chegada da “modernidade” ao Vão, expressa sob a forma da ausência de empregos para os habitantes dos municípios, desmatamento acelerado para produção de carvão, exploração de trabalho infantil e etc, faz com que os habitantes se mostrem apáticos por parecerem esperar por aquela situação de mudança por toda a vida (BARREIRA, 2002). Esse fato é observado especialmente nos indicadores da região, que

⁹ Fonte IDH: PNUD 2003 in <http://www.pnud.org.br>

juntamente com os da Chapada dos Veadeiros – componentes do Nordeste goiano – são os mais baixos do estado e nas políticas do próprio estado para amenizar a situação de pobreza a fim de sanar os desequilíbrios que estão ligados ao

baixo capital social, aliado à falta de capacitação e baixa qualificação profissional dos habitantes do Nordeste Goiano [que] tem como causas os desequilíbrios econômicos, políticos, sociais e institucionais para a consolidação da cidadania. Decorre do insuficiente mercado de trabalho, falta de geração de renda, insuficiência de bens e serviços, limitações da população em atuar com eficiência na defesa de seus direitos e interesses e, ainda, incapacidade de se organizar coletivamente para dinamizar a economia da região (GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS, 2003, p 3)

A microrregião do Vão do Paranã apresenta atividades ligadas à produção de arroz, feijão, mandioca, milho, soja, sorgo, banana, extração vegetal e silvicultura além da pecuária de gado leiteiro e de corte. O setor que gera maior renda na região é o de serviços, sendo este o mais expressivo da economia local atendendo as novas demandas do Vão, como o turismo (crescente em função das belezas naturais do local) e as necessidades vindas dos agricultores do Oeste baiano.

3.2 – Identificando principais atividades e potencialidades do Vão do Paranã¹⁰

A microrregião do Vão do Paranã, localizada na mesorregião do Leste Goiano, embora seja caracterizada como uma região de extrema pobreza demonstra uma diversificação bastante significativa no que tange a sua economia local. Muito além do desenvolvimento da pecuária apresenta potencial, ainda que baixo, para a agricultura, para a extração vegetal de frutos do cerrado – como o pequi – e para o turismo, crescente no Vão do Paranã.

A análise dos dados referentes ao Produto Interno Bruto da microrregião, da pecuária, da lavoura permanente e temporária, da produção agrícola municipal e da extração vegetal e silvicultura e do histórico de cada município mostrou que esses possuem um potencial latente para atividades ligadas ao primeiro e terceiro setores da economia, respectivamente agricultura e serviços.

Observou-se durante a pesquisa que há uma conexão entre as lavouras permanentes de todos os municípios do Vão do Paranã – a produção de cachos de banana. A produção anual da

¹⁰ A identificação das atividades da microrregião do Vão do Paranã se deu de forma indireta através de consultas no sítio <http://www.ibge.gov.br/cidadesat> e em textos acerca da microrregião e seus municípios em função da impossibilidade da realização de campo ao longo da pesquisa.

microrregião chega a 653 toneladas de cachos de bananas por ano, uma média de 4,4 toneladas por hectare, mas com destaque para Flores de Goiás que apresenta produção de nove toneladas por hectare. O valor pode parecer inexpressivo perto da média de produção nacional – cerca de 14,4 toneladas por hectare (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, 2012), mas para uma região sem muito incremento técnico o valor é significativo. Com essa produção considerável, o potencial local nesse aspecto pode ser explorado aliando investimento técnico e pessoal nas atividades, especialmente através de cooperativas para beneficiamento da fruta e cooperativas de agricultores familiares para articular a venda do produto.

Ainda no âmbito da agricultura, a produção de cereais, leguminosas e oleaginosas também se mostrou expressivo diante do fato do pouco incremento técnico da agricultura. Por ter tipos de solos propícios para o cultivo de arroz esse cereal é presença marcante na produção das lavouras temporárias de todos os municípios do Vão do Paranã. Tanto que em Flores fazendeiros vindos do sul se dedicaram durante certo tempo ao cultivo desse cereal. “Foi um cultivo intensivo de arroz irrigado, que obteve altíssima produtividade, feito por sulistas em terras arrendadas ou compradas para essa finalidade.” (BARREIRA, 2002, p 58)

A produção de milho também é marcante, seguindo a tendência da produção do cereal por todo o estado de Goiás. Embora a tradição goiana se utilize muito desse alimento para o preparo de diversos pratos típicos, a produção é muito mais voltada para a indústria de rações para animais, e grande parte dessa produção é exportada para países onde há um grande rebanho (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, 2012).

Assim como o milho, a produção de sorgo no Vão do Paranã é visível, mas não tão expressiva. Em Flores de Goiás há um espaço considerável da sua lavoura temporária voltada para a produção do grão. Isso se explica pelo fato de Flores estar mais inserida do que os demais municípios na dinâmica do “agronegócio” por ser uma cidade essencialmente rural – a população rural é aproximadamente três vezes maior do que a população urbana, fato não observado nos demais municípios (IBGE, 2009).

A produção de cana-de-açúcar é expressiva em função da forte ligação com o Oeste Baiano, onde a produção é ainda mais expressiva, mas que ainda não supre todas as necessidades

desta. A maior parte da produção é escoada para o oeste da Bahia, tanto para a fabricação de açúcar como para a fabricação de etanol (álcool combustível).

Há também a produção de mandioca e feijão no Vão do Paranã. A quantidade de feijão nos leva a crer que este é produzido somente para subsistência, enquanto a mandioca tem uma produção acentuada, muito utilizada para a fabricação da farinha. Embora essa produção seja acentuada, a baixa industrialização nos leva a crer que esta não é beneficiada no mesmo local da produção, o que poderia gerar incremento na renda dos produtores.

O fato de todos os municípios apresentarem produção de gêneros alimentícios muito comuns em todo o país sugere que a produção seja essencialmente de agricultores familiares, exceto no município de Flores de Goiás – por apresentar produção muito expressiva e obter maiores rendimentos com a agricultura do que com o setor de prestação de serviços. A produção familiar é uma tendência muito forte na produção de gêneros como arroz, feijão, milho, mandioca e banana em todo o país.

Além do histórico da pecuária na região do Vão do Paranã desde finais do século XVIII, a localidade apresenta atualmente um potencial muito forte nesse ramo. Por apresentar grandes pastagens naturais a criação de gado é uma atividade extremamente presente na economia do Vão, retomada especialmente por sulistas. É uma atividade que se mostra expressiva diante das demais existentes. Isso se deve ao fato de haver um maior investimento por parte de grandes proprietários de terras nessa atividade em função do potencial histórico para tal.

No município de Mambaí há um histórico de extração de látex de mangabeira, espécie muito comum na região. As atividades ligadas a extração da borracha foram extintas, mas a abundância da espécie ainda continua grande. O resgate de tais atividades pode ser uma alternativa para o desenvolvimento do município.

A extração vegetal e a silvicultura no Vão do Paranã são marcadas pela presença de carvoeiras especialmente nos municípios de Alvorada do Norte, Damianópolis, Flores de Goiás, Iaciara, Posse e São Domingos (IBGE, 2009). A extração de oleaginosas como o pequi e a fibra de buriti mostram como a extração não predatória de espécies da natureza local torna-se alternativas viáveis de renda para municípios como Sítio D'Abadia, Simolândia, Divinópolis de Goiás e Mambaí, os menores da região.

O setor de serviços do Vão do Paranã é o responsável pela maior geração de renda da região. Devemos isso à administração pública que gera empregos nos municípios e aos serviços como lazer, comércio e turismo.

O comércio da microrregião tem se diversificado bastante em função da demanda externa dos agricultores do Oeste baiano. Por se encontrarem longe de centros comerciais da Bahia, os agricultores acabam por se utilizar dos serviços comerciais das cidades do nordeste goiano, impulsionando assim o crescimento das atividades comerciais no Vão do Paranã. Isso é especialmente perceptível nas cidades de Divinópolis de Goiás, Guarani de Goiás, Posse e São Domingos, onde o setor de serviços é expressivamente maior do que os demais setores da economia local.

Além de apresentar potencial latente para a agricultura, ainda que em pequena escala, para a pecuária, para a extração vegetal e mineral e para o comércio, a microrregião do Vão do Paranã também apresenta forte potencial para o ramo do turismo. Por estar inserido no ecossistema da chamada Biosfera Goyas o Vão do Paranã tem sido ultimamente foco de estudos voltados para o desenvolvimento turístico da região em especial dos municípios que dela fazem parte.

A chamada Região Turística Caminhos da Biosfera Goyas é composta de oito municípios: Alto Paraíso, Cavalcante, Colinas do Sul, Formosa, Guarani de Goiás, Posse, São Domingos e São João D'Aliança, que integram roteiros da Chapada dos Veadeiros, de Terra Ronca, do Vale do Paranã e da região de Mambá. (VALENTE, 2009, p 14)

Esses municípios (Guarani de Goiás, Posse, São Domingos e Mambá) embora tenham uma estrutura precária, no que tange o aparato voltado para o turismo, guardam em si atrativos que poderiam levar a região a obter maior dinamismo econômico e social através do incremento do turismo.

Diante da identificação das potencialidades e principais atividades do Vão do Paranã, cabe-nos agora a montagem de estratégias para o desenvolvimento dessa região tão marginalizada e com os piores indicadores do Estado de Goiás. Faz-se necessário a montagem dessa estratégia para que a discrepância regional observada dentro do Estado seja minimizada e para que o planejamento regional seja feito de forma mais eficaz e efetiva, a fim de sanar problemas sociais e econômicos que geram imensos prejuízos para a dignidade humana dos habitantes.

3.3 – Estratégias possíveis para o desenvolvimento do Vão do Paranã – Goiás

Tendo observado a importância da Região para o conhecimento e diferenciação das áreas do globo e através dela percebido como a regionalização se faz importante para a busca de um desenvolvimento mais igualitário através do planejamento regional, busca-se o estabelecimento de estratégias para que esse planejamento se dê de forma mais eficaz e efetiva para a microrregião do Vão do Paranã.

Por ser uma região urbana com características essencialmente rurais¹¹, a microrregião do Vão do Paranã pode se dedicar a agricultura como forma de desenvolver a sua economia local, pois “qualquer proposta de desenvolvimento devem levar em consideração a realidade rural, a especificidade agropecuária e o ambiente sociocultural da região como fatores preponderantes do sucesso de políticas, programas e projetos” (GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS, 2003, p 22).

O estabelecimento de gêneros prioritários, especialmente aqueles já cultivados na localidade, pode dar o subsídio necessário para que seus municípios assistam a um crescimento econômico e desenvolvimento social que infelizmente, mesmo já havendo essa produção, não assistem atualmente.

O que pode diferir na produção agrícola da região seria a forma de organização dos seus agricultores. Por não possuírem potencial, especialmente financeiro e técnico, para a produção em larga escala como em municípios do Sul goiano, uma forma razoável de valorizar a produção e a venda dos produtos seria a criação de cooperativas agrícolas entre os produtores dos municípios. Como já mencionado em capítulo anterior a cooperação entre municípios é mais propícia do que a competição entre estes de modo a assegurar que as fortalezas do núcleo cooperativo superem as fraquezas individuais.

Dessa forma, as cooperativas agrícolas poderiam articular a concentração de sua produção com a finalidade de vendê-la a um preço mais adequado às necessidades dos seus produtores. Satisfazendo assim as necessidades econômicas e sociais de uma população que se fortaleceria não somente enquanto empresários, mas também enquanto cidadãos. Cabe ressaltar aqui que não estamos falando apenas de cooperação em um nível municipal e sim de

¹¹ Segundo Milton Santos não há mais a distinção entre regiões rurais e urbanas já que “simplesmente, não mais se trataria de regiões rurais e cidades. Hoje as regiões agrícolas (e não rurais) contêm cidades, as regiões urbanas contêm atividades rurais” (SANTOS, 1996, p 65)”

cooperação em nível regional, a fim de que toda a microrregião se desenvolva e não que crie pólos desenvolvidos dentro de uma realidade subdesenvolvida.

Além de estabelecer cooperação no âmbito da produção agrícola podemos falar também em cooperação para o beneficiamento desses gêneros produzidos. Podemos destacar aqui o beneficiamento da produção de banana e de mandioca, gêneros relativamente fáceis de serem industrializados e vendidos. O aumento da produção, ou a concentração desta a fim de se obter maior lucro, poderia propiciar também a produção de gêneros industrializados como doces e farinha. Dessa maneira além comercializar o produto *in natura* a comercialização de gêneros beneficiados geraria um incremento na renda, na capacidade técnica da população além de um ligeiro crescimento no setor industrial – muito incipiente na região. A extração vegetal de produtos típicos também se faz como alternativa para o desenvolvimento, ainda que em menor medida. Em caso de possibilidade de articulação entre os municípios que realizam a coleta de pequi, a saber, Divinópolis de Goiás, Iaciara, Mambaí, Posse, São Domingos, Simolândia e Sítio D'Abadia¹², e de extração do óleo proveniente da castanha o incremento na renda dos coletores seria aumentado além de também desenvolver a indústria local.

Com relação à pecuária, essa não é uma atividade que propicia o desenvolvimento da região. Da forma como é praticada no Vão do Paranã gera somente riquezas que ficam concentradas nas mãos dos grandes pecuaristas presentes na região, relegando a população como um todo apenas o subdesenvolvimento advindo da concentração das terras nos municípios. Até mesmo os serviços urbanos se voltam para atender as necessidades da pecuária, esquecendo assim das demais necessidades da população como um todo. Posse é um caso expressivo dessa adequação estrutural para atender aos pecuaristas.

Segundo Barreira (2002) da mesma forma como no passado a pecuária propicia a concentração de terras e a criação de latifúndios. Dessa maneira a atividade deve ser revista enquanto estratégia para o desenvolvimento já que o que de fato ela traz é um crescimento econômico no que se refere aos pecuaristas ali presentes. Para que esta traga o desenvolvimento almejado há que se fazer um incremento na capacitação do pessoal que lida

¹² A produção total do pequi nesses municípios é de 110 toneladas por ano.

com essas atividades, fazendo com que a dinâmica da atividade não fique concentrada apenas nos grandes pecuaristas.

Com relação às potencialidades turísticas há que se buscar uma forma sustentável de desenvolver essa atividade nos municípios, a fim de não somente preservar o ecossistema local, mas também de integrar a população ali existente nas atividades. Por se tratar de uma região que é passagem obrigatória para quem se desloca por via terrestre entre o Centro-Oeste e o Nordeste do Brasil através da BR-020 oferecer os aparatos turísticos para esses transeuntes se faz de extrema importância para despertar o interesse desses para as belezas existentes ali. A reserva ecológica existente no Vão do Paranã permite que se instale o tipo de turismo que mais cresce no país segundo o Ministério do Turismo: o ecoturismo. Contudo é importante que haja investimento local nessa atividade a fim de que não se abra espaço para empresas estrangeiras se instalarem, pois dessa forma a população sairia perdendo uma oportunidade de diversificar as atividades e dinamizar a economia local. A população deve ser integrada no processo de desenvolvimento do turismo através de capacitações voltadas para atores presentes, pois são esses os maiores conhecedores do que o Vão do Paranã pode oferecer de melhor.

Todo esse processo estratégico pelo qual a localidade deve passar a fim de alcançar maior desenvolvimento se daria através de APLs e de investimento estadual e municipal nas potencialidades dos municípios da microrregião do Vão do Paranã e não em estratégias macrorregionais que homogeneizam o Estado. No presente caso só foi possível a montagem das estratégias por se tratar de uma microrregião, com características próprias e necessidades muito diferentes das demais do Estado. Mais uma vez a regionalização e o conhecimento do que é uma região se mostram eficientes na finalidade de minimizar o desenvolvimento desigual, tentando na medida do possível propiciar uma prosperidade regional mais igualitária.

Através de instituições como o Governo Municipal, Sociedade Civil organizada e não organizada e Universidades (com a prática da extensão universitária) o conhecimento de uma região se dá de forma muito mais efetiva e específica, proporcionando para o Governo Federal e Estadual as bases, sejam elas de dados ou de possibilidades, necessárias para que o Planejamento Regional atinja o que deve ser a prioridade nesses casos: o desenvolvimento

aliado a possibilidade de manutenção desse em regiões que ainda não experimentaram a prosperidade econômica, social e humana como é o caso da microrregião do Vão do Paranã.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento de estratégias que almejam minimizar os efeitos do desenvolvimento desigual passa por um importante processo que visa conhecer e identificar características de uma região que a tornam singular – a regionalização. Essa singularidade regional é que possibilita aos estudiosos, planejadores e órgão governamentais projetarem ações visando a melhora das condições de vida, sejam elas econômicas, sociais, políticas ou culturais, de determinadas localidades.

Entretanto, a tendência de homogeneizar áreas pertencentes a um mesmo Estado da Federação, por exemplo, incorre em erros que ao invés de propiciarem o desenvolvimento mantém regiões estagnadas e subordinadas a outras regiões em função do seu potencial não aproveitado. Tendência essa característica do capitalismo que perpassa a nossa vida nos levando a acreditar que com o processo de globalização as coisas e lugares se tornam iguais, quando o que realmente ocorre é o processo inverso.

A identificação das especificidades regionais e da região que se visa desenvolver faz-se então de extrema necessidade. Entretanto, o trabalho nem sempre é fácil em função da vastidão dos territórios, da pouca disponibilidade de dados (e algumas vezes da muita disponibilidade que nos leva a não saber por onde começar), da impossibilidade de conhecer de fato a região a ser estudada, entre outros fatores. Foi o que ocorreu no presente estudo.

A microrregião do Vão do Paranã é uma realidade regional que difere da idéia geral que se tem do Estado de Goiás. O vulto do agronegócio, o desenvolvimento dentro da média nacional, os indicadores sociais elevados são parte da cortina que encoberta o Vão do Paranã e suas necessidades locais – na verdade, regionais. A própria existência das dezoito microrregiões do Estado é um fator que demonstra que a realidade de cada uma é distinta da outra. Afinal, se não existem especificidades, pra quê regionalizar?

Através da pesquisa foi possível identificar as características do Vão do Paranã, conhecer o histórico da região, identificar as principais atividades e potencialidades com o intuito de buscar estratégias que pudessem vir a desenvolvê-la. Desenvolvimento este que não chegou ao “Vão” tanto em função do seu isolamento das regiões denominadas desenvolvidas como

em função do intenso investimento no agronegócio nas porções do Estado de Goiás que foram integradas no processo de integração do Oeste brasileiro, a saber o sul e o sudeste do Estado.

A dicotomia sul rico e norte pobre fizeram com que a porção norte do Estado descobrisse novos meios de se articular. Dessa forma o Vão do Paranã fortaleceu sua ligação com a região do Oeste baiano fazendo com que muitas de suas atividades estivessem voltadas ou em função de atender as demandas externas. Entretanto, essa não foi a forma que a microrregião em estudo encontrou o seu desenvolvimento pleno. Muito pelo contrário. Dessa forma a população ficou ainda mais passiva diante dos acontecimentos e atividades no seu próprio território.

Diante dos fatos, o presente estudo buscou através da identificação de principais atividades e potencialidades desenvolver estratégias que pudessem vir a desenvolver o Vão do Paranã. Listaram-se atividades que visassem o desenvolvimento local através do desenvolvimento humano e capacidade da população local de gerir essas atividades. Constatou-se que a melhor forma para tal fim seria a união dos cidadãos e dos municípios com o intuito de cooperação a fim de se fortalecerem nas suas principais atividades enquanto região para que pudessem lidar com as adversidades presentes numa realidade externa na qual também estão inseridos. Muito mais do que identificar uma atividade para cada município foram identificadas atividades que integrassem esses dando uma dinâmica regional mais propícia ao desenvolvimento e não criando pólos desenvolvidos especializados em determinada atividade, mas que além dos indicadores econômicos não modificariam em nada a realidade inter-regional. Dentre as atividades propostas estão o desenvolvimento do turismo, a formação de cooperativas agrícolas para venda e beneficiamento dos gêneros produzidos no Vão e a busca de uma alternativa para o modelo da pecuária ali existente.

A eficácia das propostas aqui presentes, entretanto não puderam ser testadas devido à impossibilidade do trabalho de campo. Os resultados esperados, que eram a identificação das atividades e potencialidades da região e busca de estratégias a partir dessas atividades a fim de desenvolvê-la, foram alcançados. A aplicabilidade das propostas aqui presentes fica em aberto para estudos e projetos futuros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARREIRA, Celene Cunha M. Antunes. **Vão do Paranã: a estruturação de uma região**. Brasília: Ministério da Integração Nacional: Universidade Federal de Goiás, 2002.

CASTRO, Iná Elias de. **A Região Como Problema Para Milton Santos** in <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-124e.htm> acesso em 14/06/2012.

_____. Problemas e alternativas metodológicas para a região e para o lugar. In: SOUZA, M.A. et al. (Orgs.). **Natureza e sociedade hoje: uma leitura geográfica**. São Paulo: Hucitec/Anpur, p 56-63, 2007.

CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz; ROCHA, Rosângela Resende. **O Planejamento Regional: integrar para desintegrar**. In: Scientia Plena. Vol. 5, Num. 1, 2009.

CORIOLOANO, Luzia Neide M. Teixeira. **Os limites do desenvolvimento e do turismo**. In: PASOS Revista de Turismo e Patrimônio Cultural. Vol. 1, Num 2, p 161-171, 2003.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e organização espacial**. 8ª Ed. São Paulo: Ática, 2007.

DAMIANI, Amélia Luisa. Cidades médias e pequenas no processo de globalização. Apontamentos bibliográficos. In: LEMOS,. Amalia Inés Gereiges de; ARROYO, Mónica; SILVEIRA, Maria Laura. **América Latina: cidade, campo e turismo**. San Pablo: CLACSO, Consejo Larinoamericano de Ciencias Sociales, p 135-147, Dezembro de 2006.

FRESCA, Tânia Maria. **Centros Locais e Pequenas Cidades: diferenças necessárias**. In: MERCATOR – número especial, p 75-81, 2010. Disponível em: <http://www.mercator.ufc.br/index.php/mercator/article> acesso em 13/05/2012

GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS. **Ações de combate à pobreza rural na região Nordeste de Goiás**. Agência Goiana de Desenvolvimento Regional. Agência Goiana de Desenvolvimento Rural e Fundiário. Secretaria da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Goiânia: 2003. Disponível em http://www.sgc.goias.gov.br/upload/links/arq_171_DiagnosticoANordesteAGoiano acesso em 22/08/2012.

HANSEN, Niles M. Teorias dos Pólos de Desenvolvimento em um Contexto Regional. In: FAISSOL, Speridião. **Urbanização e Regionalização: relações com o desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro, IBGE, p 143-160, 1974.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Manual Técnico de Pedologia**. 2ª edição. Rio de Janeiro: 2007. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/recursosnaturais/sistematizacao/manual_pedologia.shtm acesso em 16/09/2012.

_____. **Divisão do Brasil em Mesorregiões e Microrregiões Geográficas**. Rio de Janeiro: IBGR, 1990. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br> acesso em 20/06/2012.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. **Dinâmica Urbana dos Estados – Relatório II – Referenciais para análise da dinâmica urbana do Estado de Goiás**. Goiânia: p 6-82, 2009.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA – GOIÁS. **Plano Estratégico de Atuação do Instituto Federal de Goiás no Desenvolvimento Regional/Local 2010-2014**. Observatório Regional: Centro-Oeste, 2010. Disponível em <http://www.ifgoias.edu.br/observatorio/images/downloads/projetos> acesso em 25/08/2012.

LEITÃO, Claudia; CORIOLANO, Luzia Neide. **Turismo, cultura e desenvolvimento entre sustentabilidades e (in)sustentabilidades**. In: PASOS Revista de Turismo e Patrimônio Cultural. Vol. 6, Num 3, p 467-479, 2008.

LEME, Heládio José de Campos. **Evocação do Brasil Central: convivência de temporalidades**. In: STEINBERGUER, Marília (org). **Territórios Turísticos do Brasil Central**. Brasília: L.G.E Editora, p 57-82, 2009.

MOURA, Rosa. **Qual o papel dos pequenos municípios na escala local do desenvolvimento**. In: ENDLICH, Angela Maria; ROCHA, Márcio Mendes (orgs). **Pequenas cidades e desenvolvimento local**. Maringá: PGE, p 15-38, 2009.

PALACÍN, Luís; MORAES, Maria Augusta de Sant'Anna. **História de Goiás (1722-1972)**. Goiânia: Imprensa da UFGO, 1975.

PERROUX, François. **O conceito de Pólo de Desenvolvimento**. In: FAISSOL, Speridião. **Urbanização e Regionalização: relações com o desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro, IBGE, p 97-110, 1974.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 15ª Ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record, 2008

SINGER, Paul. **Desenvolvimento: Significado e Estratégia**. In: Ministério do Trabalho e Emprego. Brasília: Secretaria Nacional de Economia Solidária, p 1-5, 2004. Disponível em http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/prog_desenvolvimentoestrategica.pdf acesso em 17/07/2012.

THEIS, Ivo Marcos. **Do desenvolvimento desigual e combinado ao desenvolvimento geográfico desigual**. In: Novos Cadernos NAEA, v 12, n 2, p 241-252, Dezembro de 2009.

VALENTE, Smith Adam Reges. **Caminhos para o desenvolvimento do Turismo em Posse (GO)**. Brasília, 2009. Disponível em: <http://bdm.bce.unb.br> acesso em 25/08/2012

<http://www.agricultura.gov.br/>

<http://www.ibge.gov.br/cidadesat>

<http://www.seplan.go.gov.br>

<http://www.pnud.org.br>